

Relatório de Atividades & Contas



santa casa
misericórdia
maia

2025

ÍNDICE

Relatório de Atividades	3
Introdução	5
Atividades	10
Agradecimentos	29
Relatório de Gestão	31
Introdução	33
Resultado e Evolução Global	35
Prestação de Serviços	38
Comparticipações & Subsídios à Exploração	44
Outros Rendimentos e Ganhos	46
Os Gastos	49
Gastos com Pessoal	51
Custo das matérias consumidas	53
Fornecimentos e Serviços Externos	55
Depreciações	57
Outros Gastos e Perdas	58
Balanço	58
Balanço & Demonstração de Resultados	61
Anexo ao Balanço e Dem. De Resultados	67
Demonstração de Fluxos de Caixa	91
Demonst. das Alt. nos Fundos Patrimoniais	95

Lu. de
Lopes
Sil



[página em branco]





misericórdia
maia

M-J
ac
Lil
hofer
S



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

“

*A felicidade é a única coisa que se multiplica quando é
partilhada.*

”

Louis Albert Schweitzer (1875 – 1965) Teólogo, filósofo e médico alemão

M.
Z
200/03
ac
A
B



[página em branco]



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Introdução

O Relatório de Atividades da Santa Casa da Misericórdia da Maia, dada a abrangência da Obra da Instituição, não constitui o reporte de todas as atividades desenvolvidas no ano transato. Pretende-se que forneça tão somente uma panorâmica geral da Obra, da evolução da situação operacional da Instituição e dos factos que a condicionaram.

O ano de 2025, a que se reporta o presente Relatório, caracterizou-se por uma continuidade do trabalho desenvolvido, sem alterações substanciais na estrutura das respostas sociais em funcionamento ou no contexto interno ou externo em que foi desenvolvido.



Efetivamente, a Santa Casa da Misericórdia da Maia manteve a sua ação centrada na área do apoio social, abrangendo sobretudo a infância e a terceira idade, sem prejuízo de algumas intervenções nas fases intermédias da vida, para além do apoio comunitário em situações de carência. Trata-se de uma área de atuação que não permite a geração de resultados positivos relevantes, em comparação com outras, como a área da saúde. Para além disso, a Instituição não dispõe de outras relevantes fontes de receita, para além de ser proprietário de um reduzido número de imóveis (a comparação do património imobiliário desta Misericórdia com as médias das Misericórdias do Distrito do Porto e as médias nacionais, segundo dados recolhidos pela União das Misericórdias Portuguesas, é mais do que reveladora) e que são usados quase exclusivamente para a prestação do apoio social e não para a geração de rendimentos imobiliários.

M. ac
16/03/20
[Signature]

A Instituição manteve em funcionamento um conjunto alargado de respostas sociais que veremos mais adiante e, numa organização particular que constitui a sua riqueza mas também uma das condicionantes da sua gestão operacional e financeira, a diversidade de estabelecimentos, distribuídos por todo o concelho.

Como já referido noutras ocasiões, se a diversidade e a distribuição geográfica das respostas sociais permite aproximar o serviço das populações e melhor corresponder à especificidades de cada localidade, bem como responder aos anseios dos Autarcas e das populações de dispor de equipamentos de apoio social nas suas Freguesias, essa diversidade e dispersão é um desafio de gestão operacional e financeira, bastando para o efeito refletir-se sobre o número de edifícios e equipamentos em manutenção. Essa dispersão não permite a centralização de serviços de apoio que é possível às Instituições que possuem muitas respostas sociais concentradas em poucos espaços.



Essa realidade decorre de uma outra, também muito própria de uma Instituição que cresceu quase sem recursos próprios, respondendo aos desafios colocados pelas necessidades sociais e pelos diversos entes autárquicos, assumindo a gestão dos equipamentos que aqueles entenderam por bem confiar-lhes. É um trabalho de mérito nem sempre reconhecido mas de enorme valia para as populações, na génese do qual não se encontram ideais de grandeza e elevação, mas apenas de serviço às populações, mas que onera a Instituição, sobretudo a nível financeiro, com a necessidade de aquisição de um leque alargado de produtos e serviços e de gestão de um extenso quadro de pessoal.

Neste particular o ano de 2025 foi caracterizado por uma tendência de aumento de preços, sobretudo de produtos alimentares, registando-se também agravamento dos custos com os Trabalhadores. Apesar de as remunerações não serem, reconhecidamente, de valor elevado, o facto é que teve um relevante impacto mais uma atualização da remuneração mínima mensal garantida, para além das atualizações remuneratórias por força de contratação coletiva, com o ano de 2025 a registar duas: a determinada pelas convenções coletivas publicadas no final de 2024 e com Portarias de extensão em 2025 (com efeitos retroativos a janeiro de 2024) e a determinada pelas convenções coletivas publicadas já em 2025. Registe-

se ainda a dificuldade na Instituição em contratar pessoal para algumas funções, face ao mais baixo índice de desemprego e à impossibilidade de oferecer remunerações suficientemente atrativas.

Quanto ao contexto externo, agravou-se a tendência de dificuldade no preenchimento das vagas na Educação Pré-Escolar, quase gratuita nos Estabelecimentos públicos e comparticipada pelas famílias de modo mais acentuado nas IPSS, diferença mais relevante para as famílias quando as crianças acabam de sair da Creche, de frequência gratuita, ao passo que a gratuidade do Pré-Escolar das IPSS não avançou.



M. J. de
Lopes
(C)

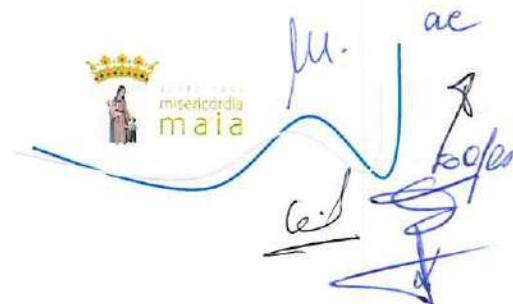


Do mesmo modo, a longevidade da população e a procura da manutenção dos idosos no domicílio é uma tendência socialmente positiva, mas, por um lado exige respostas domiciliárias, que não existem em número e com flexibilidade suficiente para responder às crescentes necessidades, com custos muito

elevados, que as famílias nuns casos não podem e noutros não querem pagar; por outro, confronta os equipamentos de resposta não domiciliária (não apenas as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, mas também já os Centros de Dia) com uma realidade cada vez mais difícil, de idosos que recorrem a estes serviços muitas vezes como último recurso, cada vez mais dependentes, aumentando o custo do serviço, que mais uma vez as famílias não podem ou não querem pagar.



É fundamental o apoio do Estado, o que nos leva a abordar outro circunstancialismo externo do qual muito depende a Obra da Instituição: as comparticipações familiares pagas no âmbito dos acordos de cooperação. Neste aspeto e apesar de o valor continuar a ser insuficiente e não atingir o nível preconizado pelo Pacto de Cooperação assinado pelo Estado, o Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o biénio 2025/2026, para além da majoração da atualização em algumas respostas sociais e do propósito de flexibilização de algumas das regras da cooperação, afirmou uma tendência positiva de reforço das comparticipações financeiras, de critérios mais estáveis e objetivos para a respetiva atualização, nomeadamente tomando em consideração o impacto da atualização da remuneração mínima mensal garantida (*salário mínimo nacional*) e a evolução da despesa corrente primária. Registe-se ainda uma atualização extraordinária da comparticipação na Educação Pré-Escolar, pela primeira vez prevista num Compromisso de Cooperação (anteriormente constava de Despacho conjunto, variando entre 0% e 2,6% até 2024).



É neste contexto resumidamente descrito que a Mesa Regedora apresenta o Relatório de Atividades e Contas, certa que apesar de todas as dificuldades, a Santa Casa da Misericórdia da Maia continuou silenciosamente a desenvolver uma Obra meritória de profundo impacto na vida de inúmeros Cidadãos.



Handwritten notes in blue ink:
M. Lopes
ac
M.



ATIVIDADES

Como referimos, a Obra da Instituição não sofreu alterações substanciais e é aqui espelhada em:

Apoio à infância e juventude

Apoio à terceira idade

Intervenção Comunitária

Apoio a cidadãos diminuídos

Outras atividades/acontecimentos ou factos relevantes

Apoio à infância e juventude

Em 2025 manteve em funcionamento um total de catorze Estabelecimentos, distribuídos pelo Concelho, sendo dois apenas com Creche (Santa Luzia e Folgosa), onze com Creche e Educação Pré-Escolar (Águas Santas I, Águas Santas II, Catassol, Crestins, Gondim, Guarda, Milheirós, Nogueira, Pedrouços, Santa Maria de Avioso e São Pedro Fins) e um com Creche, Educação de Infância e Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL), em Vermoim. Abrangeram cerca de 570 crianças em Creche, 680 em Educação Pré-Escolar e 22 crianças em ATL. São números quase sem paralelo em outras Instituições do País, reveladores do que supra referimos quanto à dispersão dos Estabelecimentos e importância da área do apoio à infância e juventude na atividade desta Misericórdia.

Estes Serviços atuam no cumprimento do estatuído nos normativos legais aplicáveis, nas orientações pedagógicas para a Creche e nas orientações curriculares para a Educação Pré-Escolar, nos Regulamentos Internos e no Projeto Educativo, documentos comuns a todos os Estabelecimentos, mas também nos planos de atividades e projetos pedagógicos ou curriculares específicos de cada um deles.

Para além da satisfação das necessidades básicas das crianças, da vigilância em condições de segurança que permite às famílias cumprirem tranquilamente os seus compromissos profissionais, estes equipamentos são hoje em dia fundamentais para o desenvolvimento intelectual, físico, social e emocional das crianças. Nesse sentido, para

além das atividades desenvolvidas pelos profissionais em regime de contrato de trabalho com a Misericórdia da Maia, proporcionam outras atividades extra projeto pedagógico de caráter facultativo e atividades de animação e apoio à família, estando disponíveis em 2025 música, dança e inglês, bem como, no Centro de Animação de Infância de Vermoim, o ténis. Destaca-se também a colaboração estreita com entidades diversas como as Unidades Locais de Saúde, a Proteção Civil e outras entidades, em projetos de promoção da saúde infantil e da segurança e em ações de formação e informação na área da parentalidade, sobre temas diversos como a pediculose ou suporte básico de vida.

Entre as realizações mais esporádicas, mas muito importantes para a promoção da integração familiar e social, da civilidade, da solidariedade e do espírito de pertença, destaca-se a comemoração das datas mais significativas como o Dia Mundial da Criança, Dia do Pai e Dia da Mãe, as festas de final de ano, o Dia da Família e o Natal. Refira-se ainda o espetáculo de circo oferecido em dezembro pela Misericórdia, com verbas angariadas pelos Infantários e o donativo oferecido para o efeito pela Rubis e ainda o convívio “Família em Festa”, na Quinta da Gruta, com a participação das famílias das crianças.

Em 2025, manteve-se ainda em curso nas Creches o projeto *Música a partir do Berço*, promovido pelo Fundação Conservatório de Música da Maia.

Estes Estabelecimentos são centros de custo autónomos, nos quais são contabilizadas as despesas próprias necessárias ao seu funcionamento e uma percentagem dos custos dos serviços de utilização comum, designadamente dos serviços administrativos da Sede, que asseguram apoio jurídico, a gestão das contratações de pessoal e o processamento dos respetivos salários, a emissão de faturas e preparação do expediente contabilístico para entrega ao Contabilista Certificado, bem como as encomendas de bens e serviços e pagamento dos custos. As receitas contabilizadas são constituídas por:

- Comparticipações pagas pelo Estado no âmbito dos acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social e, no caso da Educação Pré-Escolar, também do Ministério da Educação, de valor fixo por criança e a multiplicar pelo número de crianças abrangidas em efetiva frequência. Quando aplicável, em Creche e Educação Pré-Escolar, é atribuída uma comparticipação suplementar por

7. m. 4.1
Atividade



deficiência da criança e, na Creche, uma comparticipação por Estabelecimento pelo funcionamento durante mais de 11 horas diárias.

- As comparticipações familiares dos Utentes, de valor calculado de acordo com rendimento *per capita* dos respetivos agregados familiares, exceto na Creche, cuja frequência é gratuita. Acresce o pagamento, da responsabilidade das famílias, do custo das referidas atividades extra projeto pedagógico de carácter facultativo e atividades de animação e apoio à família.

Em 2025 a Instituição recebeu o diferencial remuneratório (entre o valor definido pelo Governo e o valor da média das remunerações em cada estabelecimento) dos Educadores de Infância no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, mas ainda referente ao ano letivo 2023/2024. Até ao momento em que a Mesa Regedora aprovou este relatório, ainda não tinha aberto processo de candidaturas para ano letivo 2024/2025.

APOIO À TERCEIRA IDADE E DEPENDÊNCIA

Em 2025 manteve-se em funcionamento Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) em três locais (Casa de Milheirós, Centro Comunitário de Vila Nova da Telha e Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho, estes com 12 utentes que também usufruem do serviço ao fim de semana e feriados), Centro de Dia em oito locais (Barca, Casa de Milheirós, Gemunde, Guarda, Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho, Pedrouços, Santa Maria de Avioso e Silva Escura) e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de idosos) em dois locais (Casa de Milheirós e Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho).

Estes Estabelecimentos abrangeram uma média de 115 Utentes em Serviço de Apoio Domiciliário, 180 Utentes em Centro de Dia e 66 Utentes em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

A atuação destas respostas sociais obedece à legislação geral e específica aplicável, aos respetivos regulamentos internos e aos planos de atividades anuais. As atividades diárias visam a satisfação das necessidades básicas dos Utentes, a ocupação dos tempos livres, a valorização das capacidades de cada um dos Beneficiários e a preservação da sua

autonomia e integridade física, psíquica e emocional, bem como a sua integração social e familiar, para a qual é fundamental o envolvimento das respetivas famílias, quando existem.

Como referimos anteriormente, as Instituições confrontam-se com a crescente dependência dos Utentes, sobretudo em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário, verificando-se frequentes situações de demências e perda total ou quase total da mobilidade. A tarefa de cuidar e preservar a saúde e conferir conforto aos Cidadãos nestas situações torna-se mais árdua e exigente, com a maior dificuldade na mobilização para a realização da higiene básica ou a deslocação dos idosos, a necessidade de frequente reposicionamento para evitar o surgimento de úlceras de pressão e outras feridas. Trata-se de uma tarefa também mais onerosa financeiramente, a nível da exigência de produtos de higiene, de tratamento de roupas pessoais e de cama. Como referimos também, a rede de *Lares de Idosos* e Serviços de Apoio Domiciliário (SAD) é insuficiente. No SAD, os serviços mais requisitados são a alimentação e a realização da higiene pessoal, esta última mais exigente para os Trabalhadores que a executam, mais demorada, não permitindo abranger um grande número de Utentes em cada período de trabalho. É um serviço cujo elevado custo nem sempre é compreendido e aceite.

A Instituição recorre sempre que possível a atividades fora dos Centros de Dia e Lares e à colaboração de profissionais externos, que permitam aos Idosos interagir em contextos mais alargados que o dos Estabelecimento e com outras pessoas para além dos profissionais e Utentes do Estabelecimento que frequentam. Destacamos as parcerias com o Município da Maia, no âmbito do Programa Municipal de Saúde Sénior 60 +, que permitiram aos idosos usufruir de atividades tão diversas como, entre outras, o exercício físico, ioga, prevenção de quedas ou terapia do riso, a parceria com as Unidades Locais de Saúde para vigilância das condições de saúde, estimulação cognitiva, rastreios e ações de sensibilização e a parceria com o *Espaço t - Associação para Apoio à Integração Social e Comunitária*, nomeadamente com ateliês de ioga e expressão plástica. Entre as atividades no exterior, destacamos as deslocações a santuários, as comemorações das festividades dos Santos populares e os torneios de *sueca*, em conjunto com Utentes de diversos estabelecimentos, a colónia balnear e a participação em concursos, como o Concurso *Mãos com Vida*, promovido pela Misericórdia de Amarante.

M. ac
A. Lopes
[assinatura]



Cada um destes estabelecimentos constitui centro de custo autónomo no qual são contabilizadas as despesas próprias decorrentes do seu funcionamento e uma proporção dos custos dos serviços comuns, designadamente dos serviços administrativos da Sede. As receitas são:

- As comparticipações dos Utentes, cujo montante é definido em função do rendimento *per capita* dos respetivos agregados familiares no caso dos Utentes abrangidos por acordo de cooperação (sendo possível, na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, comparticipação dos familiares) e fixado pela Instituição no caso dos utentes não abrangidos por acordo de cooperação, mas com o limite máximo correspondente ao custo médio de utente, no caso do Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.
- As comparticipações pagas pelo Estado no âmbito dos acordos com o Instituto da Segurança Social, de valor fixo por vaga abrangida por acordo de cooperação efetivamente preenchida. Porém, existem na ERPI cinco vagas reservadas ao Instituto da Segurança Social (duas na Casa de Milheirós e três no Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho), preenchidas por aquela Entidade e comparticipadas pela mesma com o valor definido em acordo de cooperação, deduzido da comparticipação do utente e família.

Podem existir ainda, para os Utentes abrangidos por acordo de cooperação, duas comparticipações suplementares (não cumuláveis no mesmo Utente): por dependência de 2º grau para utentes de SAD e ERPI e comparticipação por demência atestada clinicamente para utentes de ERPI, SAD e Centro de Dia, muito embora seja moroso o deferimento das primeiras.

INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Consideramos aqui:

- O Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro;
- O Centro Comunitário de Vila Nova da Telha;
- O (Re)Criar- Centro de Apoio à Comunidade;
- O Projeto Bué d'Escolhas e9g;
- A distribuição direta e indireta de géneros alimentares no âmbito da Privação Material;
- As atividades no âmbito do Protocolo com o Município da Maia no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social;
- O Projeto *Maia Melhor*.

Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro:

O Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro continuou o trabalho que, embora com adaptações ao longo dos tempos, vem executando desde a sua criação na década de 90 do Século XX e centrado especialmente no apoio a situações de carência. Apesar de em 2025 não se ter promovido projeto ao abrigo do contrato Local de Segurança, porque o Ministério da Administração Interna assim não pretendeu e não participou, o Centro Comunitário continuou a intervir ativamente no sentido da prevenção da atividade criminal, através de atividades de inserção social e comunitária.

Manteve o apoio psicossocial, com apoio do Psicólogo, com um total de 53 Utentes acompanhados, quer em consulta individual quer em ações coletivas na *Clínica da Memória* e foram proporcionados 1.538 banhos e efetuados 1.559 tratamentos de roupa de cidadãos carenciados.

O *Banco de Bens* distribuiu artigos diversos angariados e revalorizados, tais como alimentos, roupa, móveis e produtos de higiene.

O Centro promoveu igualmente diversas atividades de animação e ocupação de tempos livres, bem como ações de formação de adultos, tais como Curso de Operador de

7
ac
topo
S
cel

Acabamentos de Madeira e Mobiliário /restauro de móveis, Curso de Costura, Curso de Literacia financeira e Curso de Educação e Formação de Adultos B2 de Operador de jardinagem, abrangendo um total de 70 horas. Dois Formandos foram integrados no mercado de trabalho.

O Centro continuou a integrar outros projetos e respostas, tais como:

- O **Programa de Emergência Alimentar**, que continuou a servir gratuitamente um máximo de 29 refeições diárias. As refeições foram entregues durante todos os dias da semana, totalizando 10.585,00 refeições em 2025.
- O **Gabinete de Inserção Profissional (GIP)**, co-financiado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), com um Animador de Emprego a 100%, promovendo apoio a desempregados, na ajuda na elaboração de currículos e cartas de apresentação, angariação, encaminhamento e orientação para formação e emprego. O ano de 2025 foi caracterizado pela superação das metas contratualizadas, aumento significativo dos encaminhamentos para formação e medidas de emprego e melhoria da articulação com empresas. Alguns indicadores: 100 utentes apresentados a ofertas de emprego e 30 colocados, 771 atendimentos individuais e 500 pessoas em tutoria. A receita é a comparticipação financeira atribuída pelo IEFP, que compensa parcialmente as despesas com o animador de emprego, comunicações e consumíveis. A autorização e funcionamento tem sido prorrogada de 6 em 6 meses, enquanto não está concluído o novo processo de candidaturas (para já, tem prazo de vigência até 30 de junho de 2026).
- Também na área da promoção da formação profissional e da empregabilidade mas especificamente vocacionado para apoio a pessoas em situação de maior vulnerabilidade, designadamente pessoas com deficiência, ex-toxicodependentes e ex-reclusos, o Programa Incorpora, promovido pela FUNDACIÓN BANCARIA CAJA DE AHORROS Y PENSIONES DE BARCELONA teve em 2025 a afetação, para além de um Técnico Superior a 100%, também do Psicólogo da Instituição, a 50%, tendo em 2025 realizado 40 inserções em emprego, gerido 58 ofertas de emprego

e apoiado 109 novos beneficiários, excedendo os objetivos propostos. Mercê da avaliação positiva do programa, em 2026 a Misericórdia da Maia mantém-se na rede, da qual faz parte desde 2021. As receitas são constituídas pela comparticipação da Fundação, sendo 85% para recursos humanos e 15% para outras despesas, indiretas.

- A recolha e redistribuição de alimentos doados por hipermercados e o apoio na distribuição de alimentos de outros projetos, nomeadamente Privação Material e Programa Municipal de Emergência Social.

Refira-se por último que foi iniciada pela Câmara Municipal da Maia, com termo que se previa para o corrente ano, a construção do edifício que iria albergar o novo Centro Comunitário, mas a insolvência do empreiteiro tornou incerta a evolução do Projeto.

Constituindo um centro de custo autónomo e sem prejuízo do financiamento específico já referido quanto a alguns projetos, também ao Centro Comunitário são imputadas as despesas decorrentes do seu funcionamento e uma parte de serviços de utilização comum e também as receitas, que são constituídas quase exclusivamente pelo financiamento do Instituto da Segurança Social, de valor global para todas as atividades, uma vez que, à exceção do apoio psicossocial, os serviços não são comparticipados pelos utilizadores.

Centro Comunitário de Vila Nova da Telha:

Para além de acolher o Serviço de Apoio Domiciliário, em 2025 este Centro promoveu atividades de apoio a pessoas em situação de carência, designadamente;

- Recolha e distribuição de excedente alimentares no Aeroporto Francisco Sá Carneiro e no Hipermercado do Centro Comercial Mira Maia;
- Acompanhamento Psicossocial, com intervenção do Psicólogo;
- O Programa de Emergência Alimentar, com 17 refeições diárias nos dias úteis e entrega dos géneros alimentares para confeção, ao fim de semana;

M. de
Lopes
Cil



- Colaboração com outros Estabelecimentos na entrega de bens alimentares de outros Programas, designadamente Programa Privação Material e Programa Municipal de Emergência Social.
- Tratamento de roupas de cidadãos carenciados que realizaram higiene pessoal no Centro;
- Recolha e entrega de bens e artigos diversos, a carenciados;

O Centro teve ainda outras atividades, tais como:

- o **Clube Sénior**, com transporte, refeição e atividades para Seniores, três dias por semana;
- As atividades do **Cérebro Ativo**, de promoção da *ginástica mental* para idosos;
- O **Gabinete de Inserção Profissional (GIP)**, co-financiado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e também com autorização de funcionamento prorrogada de 6 em 6 meses (atualmente até 30 de junho de 2026), com objetivos idênticos aos do congénere do Sobreiro, com um Animador de Emprego a 50%, sendo que este GIP tem também atividade na Junta de Freguesia de Moreira, igualmente com Animador de Emprego a 50%.

Registe-se ainda que ao Centro Comunitário de Vila Nova da Telha foi em 2025 confiada a representação desta Misericórdia nas atividades do Plano Municipal para a Igualdade e Inclusão.

Também o Centro Comunitário de Vila Nova da Telha um centro de custo ao qual são imputadas as despesas decorrentes do seu funcionamento e uma parte de serviços de utilização comum e também as receitas, constituídas pelo financiamento do Instituto da Segurança Social, de valor global para todas as atividades e as participações dos utilizadores, no caso do Clube Sénior e Cérebro Ativo.



(Re)Criar – Centro de Apoio à Comunidade:

Em 2025 manteve a sua atividade habitual, nomeadamente:

- O Apoio alimentar, promovendo a seleção de destinatários de acordo com os critérios de carência definidos e promovendo a entrega de alimentos adquiridos no âmbito do Programa de Emergência Municipal, financiado pela Câmara Municipal da Maia, e outros angariados junto da comunidade.
- Apoio sociopedagógico específico a crianças e jovens e Intervenção Familiar e Parental.
- Colaboração na distribuição de géneros alimentares no âmbito do Programa Privação Material.
- Recolha e distribuição de artigos diversos doados (em especial, artigos domésticos e de decoração).

Sediado em Pedrouços, o (Re)Criar tem apoio das Juntas de Freguesia de Águas Santas (que comparticipa mensal com 175,00 €) e Pedrouços (que comparticipa mensalmente com 200,00 €) e da Câmara Municipal da Maia (que cede um Técnico Superior a meio tempo).

1 ac
depois
G
let



Projeto Bué d'Escolhas – e9g

Sediado no mesmo edifício do (Re)Criar, mas com atividades descentralizadas noutros locais, numa lógica de parceria, partilha de recursos e proximidade às populações, o *Bué d'Escolhas-e9g*, desenvolvido ao abrigo do Programa Escolhas, tem como Promotora a Câmara Municipal da Maia e como Gestora a Misericórdia da Maia, contando com a colaboração de um consórcio de parceiros públicos e privados.

O Projeto tem o foco na inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos mais vulneráveis, em especial das zonas habitacionais mais carenciadas de Águas Santas e Pedrouços, com termo previsto para trinta de setembro de 2026. Em 2025 apresentou uma taxa de execução classificada no nível Bom, com 88%, mesmo tendo em conta a impossibilidade de participação em algumas atividades fora do Concelho, por falta de recursos, e em outras a que os Beneficiários do Projeto não aderem, por falta de interesse ou incapacidade de acompanhamento pelas Famílias.

O Bué d'Escolhas, com apoio da Junta de Freguesia de Águas Santas, da *Worten* e da BIAL, atribuiu mais uma vez o Prémio Zero Negativas, destinado a proporcionar uma experiência em contexto residencial a um ou mais jovens que tenham terminado o ano letivo sem classificações negativas.

Como Centro de custo autónomo, tem como despesas mais relevantes as remunerações dos três Técnicos Superiores (é reduzido o financiamento para outras despesas, como transportes e deslocações) e como receita o financiamento atribuído pelo Instituto Português do Desporto e Juventude.

Distribuição direta e indireta de alimentos no âmbito do Programa Privação Material

Foi promovida no âmbito do Programa Temático Demografia, Qualificação e Inclusão do quadro comunitário de apoio PESSOAS 2030, financiado pelo Fundo Social Europeu, na tipologia combate à privação material.

Tendo continuado a assegurar a distribuição direta de géneros alimentares (entrega de

cabazes às pessoas mais carenciadas) e a promoção do acompanhamento associada, de capacitação das famílias e pessoas apoiadas para a boa utilização dos géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade, prevenção do desperdício e otimização da gestão do orçamento familiar, em 2025 assegurou a transição progressiva de parte dos destinatários para a *distribuição indireta*. Esta consiste na atribuição de cartões, que vão sendo carregados mensalmente com o montante definido por tipologia de agregado e que as famílias podem utilizar em superfícies comerciais aderentes, para adquirir os bens permitidos pelo Programa. No ano de 2025, o Programa, desenvolvido em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Maia, previa abranger em distribuição direta 773 Beneficiários pela Misericórdia e 163 pela Cruz Vermelha e na distribuição indireta 520 pela Misericórdia e 100 pela Cruz Vermelha.

Na distribuição direta, os alimentos continuaram a ser recebidos pela Misericórdia no Armazém do Sobreiro, sendo parte distribuída pela Misericórdia e o restante pela Cruz Vermelha.

Igualmente Centro de custo autónomo e contando com três trabalhadores afetos, o projeto foi financiado através do Orçamento do Estado e de verbas comunitárias do Programa Comunitário de Apoio 2030.

Atividades no âmbito do Protocolo com o Município da Maia no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social.

A Misericórdia disponibilizou uma equipa de 5 profissionais (sendo 4 deles Técnicos Superiores) que desempenhou funções no serviço de atendimento e acompanhamento social do Município, seja nas instalações da Câmara Municipal, seja nos Gabinetes de Atendimento Integrado Local (GAIL) em vários pontos do Concelho, ao abrigo do protocolo celebrado com o Município da Maia e em vigor desde 03 de abril de 2023 e que tem no momento vigência prorrogada até ao início de abril de 2027, sendo previsível que termine após essa data, caso esteja já concluído o concursos para contratação de Trabalhadores para os quadros da Câmara Municipal.

A. M.
ar
lopes
S
el



O Protocolo com o Município da Maia é igualmente um centro de custo autónomo, que tem como despesa a remuneração e inerentes encargos sociais dos profissionais referidos, sendo financiado mensalmente pelo Município, após envio dos correspondentes comprovativos de despesa do mês anterior.

Projeto Maia Melhor

Em curso entre outubro de 2023 e 30 de setembro de 2025, no âmbito do “Investimento RE-C03-i06.03 – Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto”, apoiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência, teve como Beneficiários (executantes) esta Misericórdia, o Município da Maia (Benefício Líder) e a Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A. e teve termo a 30 de setembro de 2025.

A Misericórdia afetou uma equipa de seis profissionais a tempo inteiro, contratados específica e exclusivamente pela Misericórdia para exercício de funções neste projeto.

Partindo da premissa de capacitação pessoal em competências pessoais, sociais e de características favoráveis à empregabilidade, com vista à inclusão social e profissional de pessoas oriundas de comunidades vulneráveis e desfavorecidas, interveio junto de populações afetadas pela pobreza, exclusão social, iliteracia, baixíssimo capital escolar e alheamento da formação profissional, em 4 freguesias do Concelho da Maia, Águas Santas, Castelo da Maia, Pedrouços e Vila Nova da Telha. Para além de apoio ao estudo, psicologia e acompanhamento psicológico, terapia da fala, terapia ocupacional, integração sensorial, formação em costura, atividades desportivas e lúdicas como Karaté e Capoeira, apoio no tratamento de roupas e na execução de tarefas de higiene básica dos espaços das comunidades abrangidas, realizou também atividades ocupação de tempos livres, de promoção do espírito de comunidade, da solidariedade e entreajuda, como passeios, visitas.

A Misericórdia foi responsável pela execução de parte das atividades e por adquirir parte dos equipamentos, bens e serviços necessários, com as despesas com recursos humanos, consumíveis e materiais diversos e prestações de serviços a serem

comparticipadas pela Autoridade Metropolitana do Porto, em regime de reembolso de despesas incorridas e pagas (houve adiantamentos, mas de valor muito inferior aos custos e análise e deferimento dos pedidos de reembolso é muito morosa e ainda não está concluída, 6 meses após o termo do projeto).

Apoio a Cidadãos Diminuídos

Continuou a Misericórdia a efetuar, com viatura pesada de passageiros adaptada (já com mais de 25 anos e uma muito considerável quilometragem), um Motorista e um Ajudante de Motorista, o transporte de cidadãos com deficiência física e/ou mental para os estabelecimentos de apoio que os acolhem durante o dia.

A Autarquia assegura o combustível e o Instituto da Segurança Social comparticipa parte das restantes despesas. As receitas e despesas são imputados ao Centro de Custo Sede.

Outras atividades/acontecimentos ou factos relevantes

A Instituição manteve o permanente esforço controle da despesa, de racionalização dos recursos, sem abdicar da qualidade dos serviços e produtos.

Com um considerável número de edifícios, de viaturas, de máquinas e equipamentos em funcionamento e uso intensivo diário, é inevitável a realização das manutenções legalmente obrigatórias (tais como de elevadores, de sistemas de deteção e de proteção contra incêndio, ar condicionado e elevadores), bem como as reparações e aquisições de equipamentos como arcas frigoríficas, fogões e outros utensílios de cozinha, mobiliário e material didático e viaturas.

A Misericórdia adquiriu em 2025 duas viaturas de mercadorias adaptadas para Serviço de Apoio Domiciliário de motorização 100% elétrica, tendo adjudicado o fornecimento de uma outra da mesma tipologia (esperando-se que seja entregue no primeiro semestre de 2026), com co-financiamento por duas diferentes edições do Programa *Mobilidade Verde Social* do Programa de Recuperação e Resiliência. Adquiriu ainda uma viatura ligeira de passageiros, também elétrica, co-financiada no âmbito do referido projeto *Maia Melhor*.

Paulo Lopes



A Misericórdia da Maia assegurou igualmente a expensas próprias a manutenção e reparação dos edifícios e seus elementos, como por exemplo, reparação de fissuras, pinturas, substituição de material sanitário. Sem prejuízo de solicitar o apoio da Câmara Municipal da Maia e Juntas de Freguesia proprietárias dos edifícios para as intervenções de maior envergadura, a Instituição realizou as mais prementes e possíveis, cuja execução não se compadecia com as delongas dos processos de atribuição de benefícios públicos ou dos procedimentos concursais autárquicos.

Não foi possível evitar o recurso a serviços e fornecimentos externos como os de Enfermagem e Medicina nos Lares, mas também o serviço de cozinha nos mesmos e noutros Estabelecimentos, neste caso quer por falta de mão de obra adequada no mercado de trabalho, que se verifica mesmo em negócios lucrativos com condições remuneratórias mais atrativas, quer porque alguns dos Estabelecimentos (Centro de Dia de Barca, Centro de Dia de Gemunde) não dispõem de cozinha e não há condições para confeccionar as refeições noutros Estabelecimentos nem para transportá-las a partir daí.

As parcerias são uma tradição da Santa Casa da Misericórdia da Maia, no sentido do melhor trabalho em rede, do melhor aproveitamento de recursos, visando a prestação de um mais eficaz e completo serviço de proximidade à população, nomeadamente captando e partilhando recursos que permitam alargar, complementar ou melhorar o serviço prestado pela Misericórdia ou pelas Instituições parceiras.

Entre as parcerias, todas elas importantes, destacamos, pelo seu caráter de maior estabilidade e valor logístico ou financeiro:

- **O Município da Maia/Câmara Municipal da Maia e as Juntas de Freguesia:** são os proprietários de muitos dos edifícios utilizados pela Misericórdia da Maia e naturalmente a Instituição solicita a ajuda destas Entidades (quase exclusivamente da Câmara, uma vez que as Juntas têm uma capacidade financeira muito reduzida) para a sua manutenção e reparação, sem prejuízo das realizadas pela própria Misericórdia. A responsabilidade destas Entidades advém-lhes também do facto de serem os representantes locais do Estado e as IPSS



substituem o Estado com maior eficácia no cumprimento da responsabilidade de apoio à população, constituindo uma mais valia no cumprimento da missão que aquele cabe.

- **Os Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social** (especificamente através do Instituto da Segurança Social) e da **Educação**, que tutelam a atividade e comparticipam no custo dos serviços prestados aos Utentes.
- **O Instituto do Emprego e Formação Profissional**, que comparticipa os Gabinetes de Inserção Profissional (os quais complementam os recursos do IEFP na intervenção de proximidade e também no Centro de Emprego da Maia), bem como os Estágios Profissionais e os Contratos de Emprego Inserção e Inserção + e as medidas que os vieram substituir para a colocação de Cidadãos em atividade socialmente útil (Programas + Ativação e + Inclusão). A atividade socialmente útil contribui para um apoio extraordinário ao trabalho da Instituição mas, embora muitas vezes não valorizado como tal, tem também valor para as pessoas que o executam, pois permite-lhes auferir apoios financeiros adicionais às prestações sociais que recebem, manter-se ativos e em contacto com o mercado de trabalho, adquirindo currículo e experiência, que frequentemente abre portas a novas oportunidades profissionais, inclusive na própria entidade onde executam essa atividade socialmente útil.
- **As Escolas, Universidades e Centros de Formação Profissional**, pela sua importância no intercâmbio de saberes e na formação, permitindo a realização de estágios curriculares e em contexto de trabalho ou estudos diversos, assim contribuindo para a investigação sobre as problemáticas associadas ao trabalho da Misericórdia e a formação de futuros profissionais.
- **A União das Misericórdias Portuguesas**, da qual esta Misericórdia é membro fundador, representante das Misericórdias junto do Estado e prestadora de consultoria e apoio informativo às Instituições e a **União Distrital das Instituições de Solidariedade do Porto (UDIPSS Porto)**, na qual a Misericórdia da Maia não é filiada, mas da qual recebe apoio informativo e formação em proximidade.

A se
Lu.
Lopes
G
Lil



Para além da homenagem aos **Trabalhadores da Misericórdia da Maia que em 2025 completaram vinte anos ao serviço da Instituição**, foi entregue a **Bolsa de Estudo Prof. Doutor José Vieira de Carvalho**, no valor de 1.250,00 € e cinco menções honrosas, no valor de 250,00 € cada. Foi atribuído o **Prémio Fernando de Almeida**, distinguindo o Senhor Quintino Dias de Oliveira, o mais antigo Dirigente e Irmão ativo da Santa Casa da Misericórdia da Maia, referencial vivo dos valores de solidariedade e amor ao próprio que inspiram toda a sua Obra e personalidade que os Maiatos reconhecem.

Para além das exéquias anuais por Alma de todos os Beneméritos e Irmãos falecidos, no mês de novembro, os idosos participaram como habitualmente em diversas celebrações religiosas, nas peregrinações a Fátima e outros locais, prosseguindo a participação do Centro de Dia da Guarda na Pastoral da Fragilidade (em cooperação com a Paróquia de Moreira), tendo a Instituição sido representada também na Procissão dos Passos da Maia e na Procissão integrada nas Festas em honra de Nossa Senhora do Bom Despacho, Padroeira da Misericórdia.

Foram concluídas, sendo celebrado o auto de receção provisória da empreitada, as Obras para **aumento da capacidade da Creche de Águas Santas II** em 42 lugares, com apoio financeiro do Instituto da Segurança social ao abrigo do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 2ª Geração e da Câmara Municipal da Maia. Foi também adquirido o equipamento, mas não foi ainda possível colocar as novas salas em funcionamento, por demoras no processo de licenciamento, motivadas essencialmente pela alteração na propriedade horizontal promovida pela Câmara e atrasadas pela dificuldade na obtenção da colaboração dos atuais proprietários de todas as frações, alguns dos quais sem a transmissão de propriedade regularizada.

A obra de construção da **Creche em Vila Nova da Telha**, que terá capacidade para 42 crianças, contando com a comparticipação financeira do Instituto da Segurança Social ao abrigo do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 2ª Geração e da Câmara Municipal da Maia, tinha termo contratualizado para novembro de 2025, mas sofreu algum atraso, essencialmente por demora na execução das fases iniciais de escavação e movimentação de terras e fundações, devido à intensa chuva que se fez sentir

nessa altura e às dificuldades posteriores na entrada em obra das especialidades e subempreiteiros, devido à escassez de mão de obra que existe em diversos setores da economia, entre as quais a construção. Tem agora termo previsto para junho de 2026.

No essencial, a Misericórdia cumpriu o plano de atividades e registou uma boa execução a nível operacional, tendo conseguido simultaneamente, sem redução de serviços nem postos de trabalho, uma melhoria da sua situação financeira.



A. ae
M. Soares
[Signature]
Laf



[página em branco]





misericórdia
maia

M. M.
ac
Lopes
cit
X

AGRADECIMENTOS

A Santa Casa da Misericórdia da Maia nasceu e cresceu da solidariedade e amor ao próximo e não pode esquecer as pessoas e entidades que contribuem para que esses sentimentos se materializem em Obra.

Porque a *solidariedade começa em casa*, as nossas primeiras palavras de agradecimento dirigem-se aos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia da Maia, garantes da existência da Instituição, da preservação dos seus valores perenes e da condução dos seus destinos.

Merecem também a gratidão da Maia e das suas gentes os Trabalhadores da Misericórdia, cuja missão de cuidar de pessoas, de ser uma segunda família e muitas vezes mesmo de substituir-se às famílias, não é fácil e cujo trabalho e esforço nem sempre é reconhecido pela comunidade.



O nosso agradecimento estende-se a todos os Parceiros, que prestam à Instituição apoio logístico ou financeiro, confiando-lhe muitas vezes a missão de dar expressão à sua vontade de ajudar.

Não esquecemos os particulares e Empresas que ajudaram a Misericórdia com a consignação do IRS ou com donativos, ajudando-a a cumprir a sua missão.

Finalmente, referimos os Utentes e Famílias, em especial àqueles prestaram a melhor colaboração para que o cumprimento da missão fosse menos árduo e mais profícuo para os destinatários, que recorreram ao apoio da Instituição e lhe confiaram uma parte das suas vidas, fazendo também parte da grande família de Misericórdia.

A todos, a manifestação da nossa gratidão e do nosso reconhecimento!

2
al
m
lopes
S
S
lif



[página em branco]





misericórdia
maia

Ass.
Lopes
Laf

RELATÓRIO DE GESTÃO



Ar
ar
Lopes
Lil



[página em branco]





INTRODUÇÃO

Nesta secção procede-se à análise da evolução económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia da Maia no exercício de 2025, tendo por referência a informação dos anos anteriores e os principais indicadores de desempenho da atividade desenvolvida pela Instituição.

Durante os últimos exercícios, a Instituição enfrentou um período prolongado de resultados líquidos negativos, situação que se iniciou em 2018 e se manteve até ao exercício de 2024. Esta evolução refletiu, em grande medida, um crescimento sustentado dos gastos operacionais superior ao aumento dos rendimentos, tendência que tem caracterizado muitas entidades do setor social.

Entre os fatores mais relevantes destacam-se o aumento dos encargos com pessoal, associado às atualizações salariais decorrentes de enquadramentos legais e contratuais, bem como o acréscimo generalizado dos custos de aquisição de bens e serviços indispensáveis ao funcionamento das respostas sociais. Paralelamente, a capacidade de crescimento das receitas apresenta limitações estruturais, uma vez que a Instituição presta apoio, maioritariamente, a utentes e famílias em situação de maior vulnerabilidade económica, o que condiciona a atualização das comparticipações familiares. Acresce que as comparticipações públicas, designadamente da Segurança Social, não têm evoluído ao mesmo ritmo dos custos efetivos associados à prestação dos serviços.

Este enquadramento é ainda influenciado pela conjuntura económica mais ampla. Nos últimos anos, o contexto económico nacional e internacional tem sido marcado por pressões inflacionistas, volatilidade nos preços da energia e das matérias-primas, bem como por desafios ao nível do mercado de trabalho, fatores que têm impacto direto na atividade das instituições do setor social, tradicionalmente caracterizadas por estruturas de financiamento rígidas e por uma forte dependência de financiamento público.

Não obstante estas condicionantes, o exercício de 2025 assinala uma evolução relevante face ao período anterior, registando-se pela primeira vez em vários anos um resultado líquido positivo. Este resultado representa um sinal encorajador no percurso recente da

Luís
Lopes
Sif



Instituição e contribui para o reforço do seu equilíbrio financeiro. Importa, contudo, referir que o mesmo resulta, em parte, da ocorrência de apoios de natureza extraordinária e de componentes não diretamente relacionadas com a atividade operacional corrente.

Assim, embora o resultado obtido constitua um indicador positivo e um elemento de reforço da estabilidade financeira da Santa Casa da Misericórdia da Maia, a análise da sustentabilidade futura da Instituição deverá continuar a considerar os desafios estruturais que se colocam ao setor social, designadamente no que respeita à adequação do financiamento das respostas sociais face à evolução dos custos de funcionamento. Neste contexto, manter-se-á fundamental prosseguir uma gestão prudente e rigorosa dos recursos, assegurando simultaneamente a continuidade e a qualidade das respostas prestadas à comunidade.





RESULTADO E EVOLUÇÃO GLOBAL

No que respeita aos gastos e perdas, verifica-se uma tendência de crescimento ao longo do período analisado, refletindo sobretudo o aumento dos encargos associados à atividade regular da Instituição. Entre as várias rubricas, destacam-se os gastos com pessoal, que continuam a representar a componente mais significativa da estrutura de custos, em linha com a natureza intensiva em recursos humanos das respostas sociais desenvolvidas. Esta evolução encontra-se associada, entre outros fatores, às atualizações salariais verificadas no setor e à necessidade de assegurar equipas adequadas à prestação de cuidados e serviços de qualidade.

GASTOS & PERDAS	Ex. 2023	Ex. 2024	Ex. 2025
Custo das matérias consumidas	777 808,41 €	771 116,61 €	731 676,77 €
Fornecimentos e Serviços Externos	1 941 983,03 €	2 167 777,46 €	2 150 539,88 €
Gastos c/ o Pessoal	7 747 398,32 €	7 959 224,56 €	8 704 400,95 €
Gastos de depreciação e amortização	343 923,07 €	361 839,94 €	376 277,99 €
Perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Perdas por redução de justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Provisões	0,00 €	0,00 €	40 000,00 €
Outros Gastos e Perdas	8 246,46 €	15 347,53 €	9 348,57 €
Gastos e Perdas de Financiamento	1,35 €	0,00 €	4 569,82 €
Total	10 819 360,64 €	11 275 306,10 €	12 016 813,98 €

RENDIMENTOS & GANHOS	Ex. 2023	Ex. 2024	Ex. 2025
Prestação de Serviços	8 671 476,84 €	9 511 064,35 €	10 751 080,09 €
Variações nos Inventários de Produção	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Trabalhos para Própria Instituição	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Comparticipações e Subsídios	1 123 356,45 €	804 291,35 €	1 160 543,77 €
Reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ganhos por aumento de justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Rendimentos e Ganhos	206 584,24 €	316 636,60 €	272 577,28 €
Juros, Dividendos e outros Rendimentos	7 939,83 €	50 776,61 €	40 397,95 €
Total	10 009 357,36 €	10 682 768,91 €	12 224 599,09 €

RESULTADO	-810 003,28 €	-592 537,19 €	207 785,11 €
------------------	----------------------	----------------------	---------------------

Os fornecimentos e serviços externos mantêm igualmente um peso relevante na estrutura de gastos, refletindo os custos necessários ao funcionamento das diferentes respostas sociais, incluindo aquisição de bens, serviços especializados e despesas associadas à

7
ac
bojes
S
eif



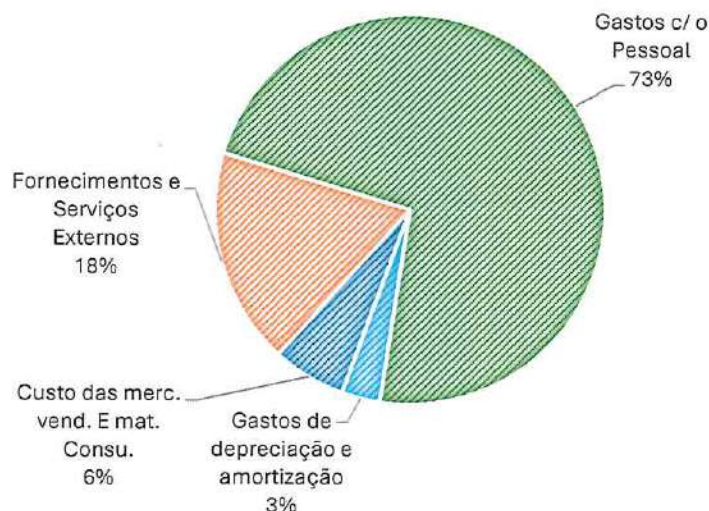
manutenção das infraestruturas. Observa-se ainda a presença de gastos relacionados com depreciações e amortizações, inerentes à utilização e desgaste dos ativos da Instituição, bem como o reconhecimento pontual de provisões e outros gastos de natureza diversa.

Relativamente aos rendimentos e ganhos, verifica-se uma evolução favorável, com destaque para o crescimento da prestação de serviços, que continua a constituir a principal fonte de financiamento da atividade da Instituição. As comparticipações e subsídios mantêm também um papel relevante no financiamento das respostas sociais, refletindo o enquadramento institucional e a colaboração com as entidades públicas no apoio às populações mais vulneráveis. As restantes rubricas de rendimentos apresentam uma expressão mais reduzida, embora contribuam para o equilíbrio global das contas.

Em resultado da evolução conjunta dos gastos e dos rendimentos, o exercício de 2025 assinala uma alteração relevante face aos anos anteriores, registando-se um resultado positivo após um período prolongado de resultados negativos. Esta evolução traduz uma melhoria do equilíbrio financeiro da Instituição, ainda que parte desse resultado esteja associada a fatores de natureza não recorrente.

Globalmente, os dados apresentados evidenciam o esforço desenvolvido pela Santa Casa da Misericórdia da Maia na gestão da sua atividade e na procura de condições que permitam reforçar a sustentabilidade económica da Instituição, num contexto em que persistem desafios estruturais associados ao financiamento e ao crescimento dos custos no setor social.

GASTOS 2025



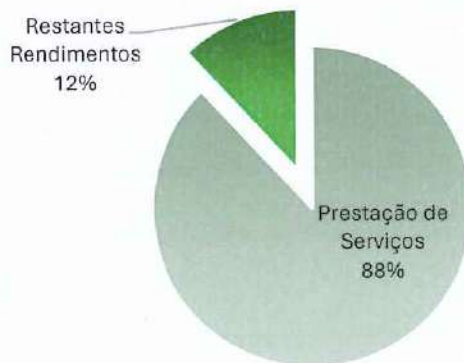
A estrutura de gastos da Santa Casa da Misericórdia da Maia mantém-se fortemente concentrada nos encargos com pessoal, refletindo a natureza das respostas sociais desenvolvidas pela Instituição, que assentam predominantemente na prestação direta de cuidados e serviços por parte de equipas técnicas e operacionais. Esta característica é comum às entidades do setor social, onde a qualidade do apoio prestado depende, em grande medida, da disponibilidade e qualificação dos recursos humanos. Para além desta rubrica, assumem também relevância os gastos associados a fornecimentos e serviços externos, que incluem despesas necessárias ao funcionamento quotidiano das valências, à aquisição de bens e serviços especializados e à manutenção das infraestruturas. As restantes componentes da estrutura de gastos, designadamente depreciações e amortizações, provisões e outros gastos de natureza diversa, apresentam um peso mais reduzido, estando relacionadas com o desgaste dos ativos, com o reconhecimento prudencial de responsabilidades futuras e com despesas pontuais associadas à atividade da Instituição. Globalmente, esta estrutura evidencia o carácter operacional e social da atividade desenvolvida, onde a maior parte dos recursos é direcionada para assegurar a continuidade e a qualidade das respostas prestadas à comunidade.

M. J. ac. Lopes



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação de serviços continua a constituir a principal fonte de financiamento da atividade da Santa Casa da Misericórdia da Maia, representando a parcela predominante dos rendimentos totais da Instituição. Esta realidade reflete a natureza da sua missão e das respostas sociais desenvolvidas, assentes no apoio direto a crianças, idosos e famílias da comunidade. Em 2025, a receita proveniente diretamente da prestação de serviços representa 88% do total dos rendimentos do ano.



No âmbito desta rubrica, distinguem-se duas componentes fundamentais: as comparticipações familiares pagas pelos utentes e as comparticipações atribuídas pela Segurança Social no âmbito dos acordos de cooperação estabelecidos para o funcionamento das respostas sociais. Em conjunto, estas duas fontes de financiamento sustentam a grande maioria da atividade desenvolvida pela Instituição, permitindo assegurar a continuidade das respostas sociais prestadas.

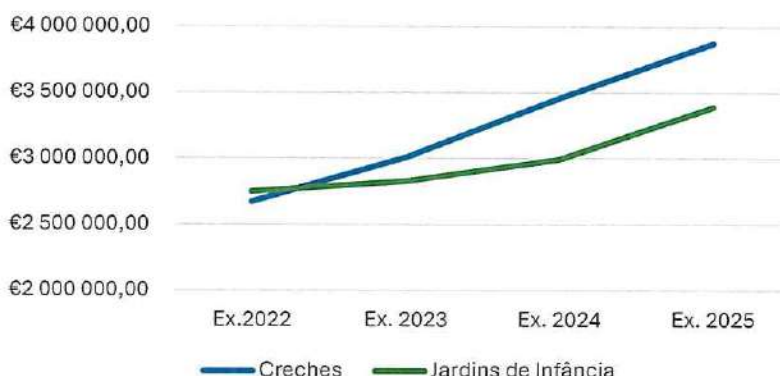
A evolução recente evidencia a crescente importância das comparticipações públicas no financiamento da atividade, em particular no que respeita às respostas dirigidas à infância. Desde a implementação da medida do governo que estabeleceu a gratuitidade das creches para as crianças abrangidas pelo novo regime, verificou-se uma alteração na estrutura de financiamento desta valência. Com efeito, a eliminação das mensalidades para os utentes abrangidos passou a refletir-se numa redução das comparticipações familiares associadas à creche, sendo essa componente compensada através do reforço das comparticipações atribuídas pela Segurança Social.



Misericórdia
maia

le-
de
bojes

Rendimentos - Infância



Tradicionalmente, as receitas provenientes dos jardins de infância apresentavam um peso superior às das creches. No entanto, a partir de 2022 verifica-se uma alteração desta tendência, passando os rendimentos associados à valência de creche a assumir maior relevância. Esta evolução está relacionada com as alterações introduzidas no modelo de financiamento desta resposta social, nomeadamente com a implementação da gratuitidade das creches para um número crescente de crianças, o que se traduz numa redução das comparticipações familiares e num reforço das comparticipações atribuídas pela Segurança Social. Neste contexto, observa-se uma tendência de crescimento mais acentuado dos rendimentos associados à creche, prevendo-se a manutenção desta dinâmica nos exercícios seguintes.

Comparticipações de utentes

	Ex.2022	Ex. 2023	Ex. 2024	Ex. 2025
Creches	516 373,30 €	333 182,22 €	170 431,39 €	63 878,64 €
Jardins de Infância	853 442,89 €	858 687,28 €	953 765,85 €	1 057 264,00 €
	1 369 816,19 €	1 191 869,50 €	1 124 197,24 €	1 121 142,64 €

Comparticipações da Segurança Social

	Ex.2022	Ex. 2023	Ex. 2024	Ex. 2025
Creches	2 157 594,42 €	2 676 137,25 €	3 287 480,25 €	3 812 943,19 €
Jardins de Infância	1 897 773,90 €	1 967 914,67 €	2 039 452,84 €	2 333 083,68 €
	4 055 368,32 €	4 644 051,92 €	5 326 933,09 €	6 146 026,87 €

No que respeita às respostas dirigidas à população idosa, designadamente estruturas residenciais para pessoas idosas, centros de dia e serviços de apoio domiciliário, a receita

M. ac
A
bófes
B
A
laf



mantém-se assente na conjugação entre comparticipações familiares e apoios públicos. Estas respostas continuam a assumir um peso significativo na atividade da Instituição, refletindo a procura crescente por serviços de apoio à população idosa num contexto demográfico marcado pelo envelhecimento da população.

Comparticipações de utentes

	Ex.2022	Ex. 2023	Ex. 2024	Ex. 2025
Centros de Dia	378 659,78 €	436 467,12 €	471 282,66 €	631 870,52 €
Lares	786 596,82 €	850 043,63 €	933 119,83 €	1 027 614,68 €
Apoio Domiciliário	196 554,03 €	228 399,01 €	255 133,68 €	282 011,60 €
	1 361 810,63 €	1 514 909,76 €	1 659 536,17 €	1 941 496,80 €

Comparticipações da Segurança Social

	Ex.2022	Ex. 2023	Ex. 2024	Ex. 2025
Centros de Dia	205 558,79 €	282 124,44 €	305 537,99 €	366 780,54 €
Lares	270 704,74 €	309 725,27 €	324 007,98 €	401 856,00 €
Apoio Domiciliário	396 094,77 €	421 342,19 €	448 995,26 €	461 385,98 €
	872 358,30 €	1 013 191,90 €	1 078 541,23 €	1 230 022,52 €

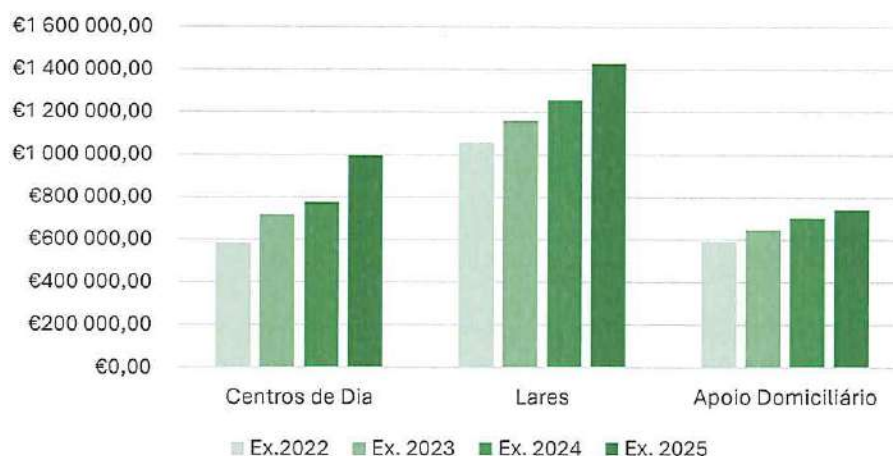
Em termos de estrutura, as estruturas residenciais para pessoas idosas continuam a representar a componente mais relevante dos rendimentos desta área, tanto ao nível das comparticipações dos utentes como das comparticipações atribuídas pela Segurança Social. Esta predominância é expectável, atendendo à natureza desta resposta social, que envolve um acompanhamento permanente e um conjunto mais alargado de serviços prestados aos utentes.

Os centros de dia apresentam igualmente uma evolução positiva das receitas, traduzindo o aumento da utilização desta resposta e a sua importância no apoio à permanência dos idosos no seu meio familiar e comunitário. Por sua vez, o serviço de apoio domiciliário mantém também uma trajetória de crescimento, ainda que com um peso relativo inferior face às restantes valências, refletindo o papel complementar desta resposta no apoio à população idosa.

De um modo geral, os dados evidenciam um aumento simultâneo das comparticipações familiares e das comparticipações da Segurança Social nas diferentes respostas,

confirmando a relevância destas valências no conjunto da atividade da Instituição e a sua crescente importância face às necessidades decorrentes do envelhecimento da população.

Rendimentos - Terceira Idade



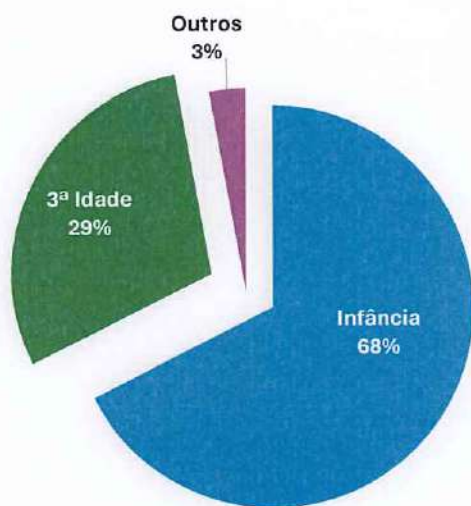
mu. ar
Lopes
G
A
lip



A distribuição da prestação de serviços da Santa Casa da Misericórdia da Maia evidencia o peso significativo das respostas dirigidas à infância no conjunto da atividade da Instituição. As valências de creche e jardim de infância continuam a representar a maior parcela dos rendimentos provenientes da prestação de serviços, refletindo a forte presença destas respostas na estrutura de atividade e o papel relevante que desempenham no apoio às famílias da comunidade.

Por sua vez, os serviços dirigidos à terceira idade constituem igualmente uma componente importante da atividade, representando uma parte substancial da prestação de serviços. Esta área tem vindo a assumir crescente relevância, acompanhando a evolução demográfica e o aumento das necessidades de apoio à população idosa.

Os restantes serviços desenvolvidos pela Instituição, onde se incluem respostas de natureza comunitária e outras atividades de apoio social, apresentam uma expressão mais reduzida no conjunto da prestação de serviços, embora desempenhem um papel complementar relevante na concretização da missão social da Misericórdia da Maia.



Prestação de Serviços 2025



VISÃO GLOBAL DA RECEITAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Receita - Prestação de Serviços	Ex. 2022	Ex.2023	Ex.2024	Ex.2025
Comparticipações de utentes				
Creches	516 373,30 €	333 182,22 €	170 431,39 €	63 878,64 €
Jardins de Infância	853 442,89 €	858 687,28 €	953 765,85 €	1 057 264,00 €
	1 369 816,19 €	1 191 869,50 €	1 124 197,24 €	1 121 142,64 €
Centros de Dia	378 659,78 €	436 467,12 €	471 282,66 €	631 870,52 €
Lares	786 596,82 €	850 043,63 €	933 119,83 €	1 027 614,68 €
Apoio Domiciliário	196 554,03 €	228 399,01 €	255 133,68 €	282 011,60 €
	1 361 810,63 €	1 514 909,76 €	1 659 536,17 €	1 941 496,80 €
Outras	34 770,50 €	28 208,80 €	26 229,45 €	31 395,55 €
Quotizações	8 990,00 €	9 640,00 €	9 570,00 €	9 075,00 €
Subtotal	2 775 387,32 €	2 744 628,06 €	2 819 532,86 €	3 103 109,99 €
Comparticipações da Segurança Social				
Creches	2 157 594,42 €	2 676 137,25 €	3 287 480,25 €	3 812 943,19 €
Jardins de Infância	1 897 773,90 €	1 967 914,67 €	2 039 452,84 €	2 333 083,68 €
	4 055 368,32 €	4 644 051,92 €	5 326 933,09 €	6 146 026,87 €
Centros de Dia	205 558,79 €	282 124,44 €	305 537,99 €	366 780,54 €
Lares	270 704,74 €	309 725,27 €	324 007,98 €	401 856,00 €
Apoio Domiciliário	396 094,77 €	421 342,19 €	448 995,26 €	461 385,98 €
	872 358,30 €	1 013 191,90 €	1 078 541,23 €	1 230 022,52 €
Centro Comunitário	93 979,01 €	88 089,72 €	95 901,02 €	100 600,20 €
Intervenção Comunitária	155 526,80 €	147 073,92 €	160 115,65 €	167 961,36 €
Transporte de deficientes	40 615,35 €	39 453,76 €	42 952,20 €	45 057,00 €
Atividade de Tempos Livres	9 491,69 €	9 220,78 €	13 099,32 €	15 043,16 €
	299 612,85 €	283 838,18 €	312 068,19 €	328 661,72 €
Subtotal	5 227 339,47 €	5 941 082,00 €	6 717 542,51 €	7 704 711,11 €
Descontos e abatimentos	16 204,42 €	14 233,22 €	26 011,02 €	56 741,01 €
Total Prestação de Serviços	7 986 522,37 €	8 671 476,84 €	9 511 064,35 €	10 751 080,09 €

Handwritten signatures and initials in the top left margin.



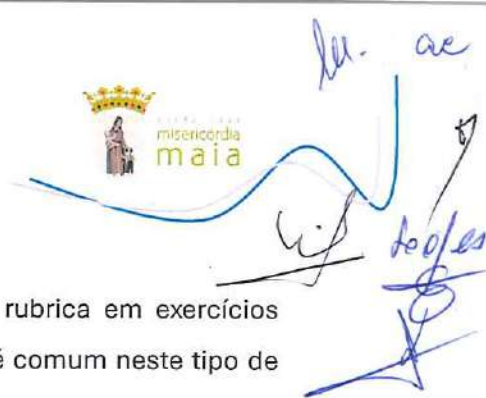
COMPARTICIPAÇÕES & SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica de comparticipações e subsídios à exploração integra os apoios financeiros atribuídos por entidades públicas e privadas destinados a apoiar o desenvolvimento das atividades da Santa Casa da Misericórdia da Maia, bem como a execução de projetos de intervenção social e outras iniciativas dirigidas à comunidade.

A evolução recente desta rubrica tem sido influenciada pela dinâmica própria dos programas e projetos financiados, cuja duração e enquadramento variam ao longo do tempo. Alguns dos projetos que, em exercícios anteriores, representaram um contributo relevante para esta rubrica foram, entretanto, concluídos, o que explica a ausência ou redução de determinadas fontes de financiamento em anos mais recentes.

No exercício de 2025 observa-se um reforço global desta rubrica face ao ano anterior, refletindo essencialmente o aumento dos apoios atribuídos por entidades públicas. Mantém igualmente relevância os apoios associados a programas de intervenção social e de apoio alimentar, bem como os financiamentos ligados a projetos de inclusão social e de apoio a públicos específicos.

Receita - Subsídios à Exploração	Ex.2023	Ex.2024	Ex.2025
Programa de Emergência Alimentar	50 484,00 €	63 135,00 €	61 642,05 €
Projeto Bué d'Escolhas	38 679,56 €	80 537,55 €	66 310,53 €
POAPMC	90 832,15 €	25 398,34 €	81 038,11 €
IEFP-Instituto Emprego Form.Prof.	112 410,39 €	81 515,01 €	102 408,34 €
RSI	28 685,39 €	0,00 €	0,00 €
Câmara Municipal da Maia	310 074,16 €	265 261,97 €	645 694,87 €
Junta de Freguesia	5 692,43 €	4 800,00 €	5 581,00 €
Projeto CLS	34 147,10 €	69 937,87 €	0,00 €
Fundação Bancaria La Caixa	31 260,00 €	28 943,00 €	29 576,00 €
CLDS	207 515,57 €	30,00 €	0,00 €
Donativos	205 545,70 €	184 732,61 €	168 292,87 €
Outros	8 030,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	1 123 356,45 €	804 291,35 €	1 160 543,77 €



Por outro lado, algumas iniciativas que contribuíram para esta rubrica em exercícios anteriores deixaram de se encontrar em execução, situação que é comum neste tipo de financiamento, uma vez que muitos destes projetos têm carácter temporário e dependem de candidaturas ou programas específicos.

Importa ainda destacar a rubrica de donativos, que inclui contributos recebidos em numerário e em espécie provenientes de particulares, empresas e outras entidades. Embora se trate de uma fonte de receita naturalmente mais variável, os donativos continuam a representar um contributo relevante para o desenvolvimento das atividades da Instituição e refletem o envolvimento e a solidariedade da comunidade com a missão da Santa Casa da Misericórdia da Maia. Registe-se, porém, que a parte mais relevante do valor dos donativos em espécie, pese contabilizada como rendimento da Instituição, corresponde a dádivas (em especial, as de produtos alimentares) que são de imediato canalizadas para pessoas carenciadas.

Donativos	Ex.2023	Ex.2024	Ex.2025
Donativos em numerário	43 754,84 €	51 734,61 €	47 804,93 €
Donativos em espécie	161 790,86 €	132 998,00 €	120 487,94 €
Total	205 545,70 €	184 732,61 €	168 292,87 €

Globalmente, as participações e subsídios à exploração constituem um importante complemento às restantes fontes de financiamento da Instituição, permitindo apoiar projetos específicos, reforçar a intervenção social e contribuir para a sustentabilidade das atividades desenvolvidas.



Fac. M.
boas
Lil

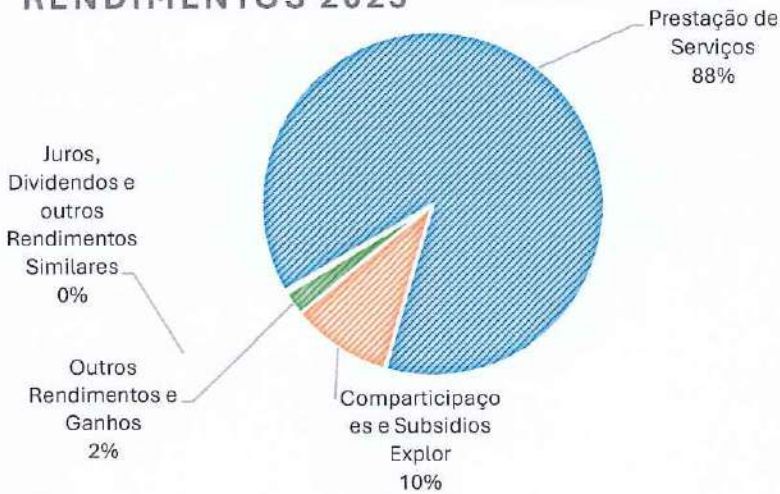


OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Considerando a natureza da atividade desenvolvida pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, a maior parte dos rendimentos da Instituição encontra-se naturalmente associada às rubricas diretamente relacionadas com a sua atividade operacional, em particular a prestação de serviços e as comparticipações e subsídios à exploração. Enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), cuja missão se centra no apoio à comunidade, estas fontes de financiamento assumem um papel determinante na sustentabilidade das respostas sociais desenvolvidas.

Neste enquadramento, a rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta uma expressão mais reduzida no conjunto dos rendimentos da Instituição, correspondendo essencialmente a receitas de natureza complementar. Entre estas incluem-se rendimentos provenientes do património imobiliário, reembolsos fiscais, apoios relacionados com investimentos realizados, indemnizações de seguros, bem como outras receitas ocasionais resultantes da atividade.

RENDIMENTOS 2025





Outros Rendimentos e Ganhos	Ex. 2024	Ex. 2025
Rendimentos de imóveis	92 394,27 €	92 555,16 €
Reembolso de IVA	114 036,10 €	81 501,65 €
Subsídios ao Investimento	37 832,43 €	42 217,02 €
Reembolsos de seguros	29 077,60 €	2 697,95 €
Vendas e cedências diversas	15 285,30 €	18 525,82 €
Outros	28 010,90 €	35 079,68 €
Total	316 636,60 €	272 577,28 €

A evolução desta rubrica entre os exercícios mais recentes evidencia algumas variações nas diferentes componentes que a integram, decorrentes da própria natureza destas receitas, frequentemente associadas a ocorrências pontuais ou a fatores externos à atividade regular da Instituição. Em termos gerais, observa-se uma relativa estabilidade nos rendimentos provenientes de imóveis, enquanto outras rubricas apresentam oscilações naturais, como é o caso dos reembolsos fiscais, dos reembolsos de seguros ou de outras receitas de carácter ocasional.

Os subsídios ao investimento correspondem a apoios financeiros destinados à aquisição, construção ou requalificação de ativos da Instituição, tais como edifícios, equipamentos ou infraestruturas. Em termos contabilísticos, estes apoios não são reconhecidos integralmente como rendimento no momento da sua atribuição, sendo inicialmente registados como rendimentos diferidos e posteriormente reconhecidos de forma gradual ao longo da vida útil dos ativos financiados, em proporção com as respetivas depreciações ou amortizações. Este procedimento permite refletir nos resultados da Instituição o benefício económico desses apoios de forma consistente com a utilização dos ativos subsidiados.

JUROS

A Santa Casa da Misericórdia da Maia não desenvolve, no âmbito da sua atividade, operações com o objetivo de gerar rendimentos financeiros. Ainda assim, a existência de disponibilidades financeiras aplicadas em depósitos bancários permite a obtenção de rendimentos sob a forma de juros.

Nos exercícios mais recentes, estes rendimentos têm refletido a evolução das taxas de juro praticadas no sistema financeiro. Após um aumento significativo observado em anos anteriores, associado ao contexto de subida das taxas de juro, no exercício de 2025 mantém-se a obtenção de rendimentos provenientes de depósitos bancários, ainda que com uma ligeira redução face ao ano anterior.

Apesar desta evolução, os rendimentos de juros continuam a ter uma expressão reduzida no conjunto dos proveitos da Instituição, assumindo um carácter meramente acessório face às principais fontes de financiamento da atividade, que permanecem diretamente associadas à prestação de serviços e às participações e subsídios à exploração.

Juros de depósitos bancários

Ex. 2022	Ex. 2023	Ex. 2024	Ex. 2025
751,09 €	7 939,83 €	50 776,61 €	40 397,95 €



OS GASTOS

A análise da estrutura de gastos da Santa Casa da Misericórdia da Maia evidencia a predominância de um conjunto relativamente estável de rubricas que suportam o funcionamento regular da Instituição. Tal como é característico das organizações do setor social, a maior parcela dos custos está associada aos recursos humanos, refletindo a natureza intensiva em trabalho das respostas sociais desenvolvidas. A prestação de cuidados, o acompanhamento educativo e social, bem como o apoio direto aos utentes, exigem equipas multidisciplinares compostas por profissionais com diferentes qualificações, desde auxiliares e educadores a técnicos especializados, o que explica o peso significativo desta rubrica na estrutura global de gastos.

A segunda componente mais relevante corresponde aos fornecimentos e serviços externos. Esta rubrica inclui um conjunto diversificado de despesas necessárias ao funcionamento diário das diferentes valências da Instituição, como consumos energéticos, comunicações, seguros, transportes, serviços especializados, manutenção de instalações e outros serviços contratados a entidades externas. Estes custos são indispensáveis para assegurar a qualidade, segurança e continuidade das respostas sociais prestadas.

Outra componente importante dos gastos corresponde às matérias consumidas, que abrangem essencialmente bens de utilização corrente necessários à atividade, como géneros alimentares, produtos de higiene e limpeza, material clínico e outros consumíveis utilizados no apoio diário aos utentes das diferentes respostas sociais.

Para além destas rubricas operacionais, a estrutura de gastos inclui também as depreciações e amortizações, que traduzem contabilisticamente o desgaste e a utilização dos ativos da Instituição ao longo do tempo. Este registo permite refletir, de forma gradual, o consumo económico dos investimentos realizados em edifícios, equipamentos, viaturas e outras infraestruturas utilizadas no desenvolvimento da atividade. Importa salientar que estas depreciações não correspondem a uma saída efetiva de recursos financeiros no

8
ac
Lopes
G
Lil



exercício, constituindo antes um mecanismo contabilístico que distribui o custo dos investimentos ao longo da sua vida útil.

No seu conjunto, estas componentes evidenciam que a estrutura de gastos da Santa Casa da Misericórdia da Maia está fortemente ligada à natureza da sua atividade e à necessidade de assegurar recursos humanos qualificados, infraestruturas adequadas e meios materiais suficientes para garantir a continuidade e qualidade das respostas sociais prestadas à comunidade.

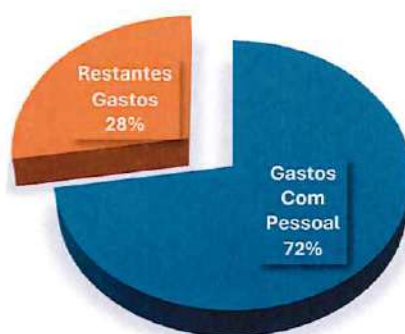


GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal continuam a representar a principal componente da estrutura de custos da Santa Casa da Misericórdia da Maia, refletindo a natureza das atividades desenvolvidas pela Instituição, fortemente assentes na prestação direta de cuidados e serviços de apoio social. As diferentes respostas sociais exigem a presença permanente de equipas técnicas e operacionais, o que confere a esta rubrica um peso estrutural significativo no conjunto dos gastos.

Gastos com Pessoal	Remunerações	Encargos Sociais	Outros Gastos com Pessoal	Total
Ex. 2022	5 627 782,80 €	1 225 205,54 €	144 640,34 €	6 997 628,68 €
Ex. 2023	6 202 514,74 €	1 353 334,96 €	191 548,62 €	7 747 398,32 €
Ex. 2024	6 412 219,62 €	1 400 448,16 €	146 556,78 €	7 959 224,56 €
Ex. 2025	7 026 893,04 €	1 520 923,26 €	156 584,65 €	8 704 400,95 €

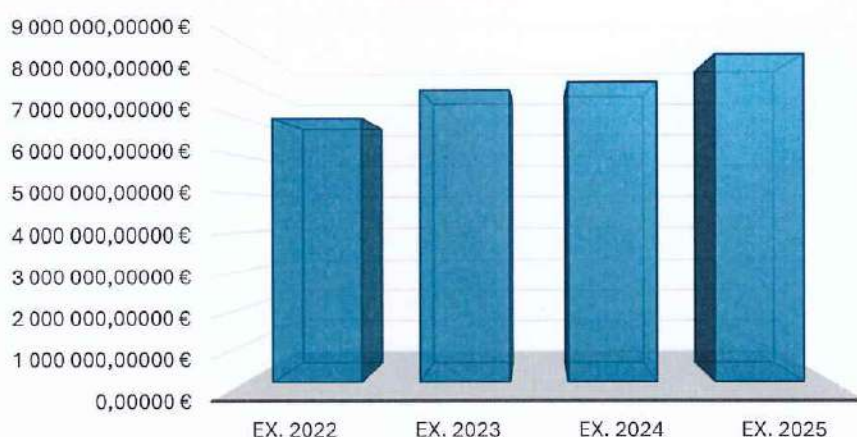
A análise da evolução desta rubrica ao longo dos últimos exercícios evidencia uma tendência de crescimento, observando-se um aumento progressivo tanto nas remunerações como nos encargos sociais associados. Esta evolução está relacionada, em grande medida, com a atualização do salário mínimo nacional, com a valorização das carreiras profissionais e com os ajustamentos decorrentes de enquadramentos legais e contratuais aplicáveis aos trabalhadores.



1. de
Kofes
[assinatura]
[assinatura]

Os encargos sociais acompanham naturalmente a evolução das remunerações, uma vez que correspondem às contribuições obrigatórias associadas aos salários, designadamente para a Segurança Social e outros encargos de natureza similar. Já a componente de outros gastos com pessoal integra despesas relacionadas com formação, medicina no trabalho, seguros e outros encargos associados à gestão de recursos humanos.

Gastos com Pessoal



Em certa medida, a evolução observada nesta rubrica reflete o esforço contínuo da Instituição na valorização dos seus recursos humanos e na manutenção de equipas adequadas às exigências das respostas sociais prestadas. Ao mesmo tempo, evidencia os desafios que o aumento dos custos com pessoal representa para o equilíbrio financeiro das instituições do setor social, onde a prestação de serviços depende fortemente do trabalho especializado dos seus profissionais.

CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Os custos associados às matérias consumidas correspondem à aquisição de bens necessários ao funcionamento corrente das diferentes respostas sociais da Santa Casa da Misericórdia da Maia. Estes consumos incluem, essencialmente, géneros alimentares, material clínico e geriátrico, produtos de limpeza e desinfeção, bem como outros materiais utilizados no apoio diário aos utentes e no desenvolvimento das atividades da Instituição.

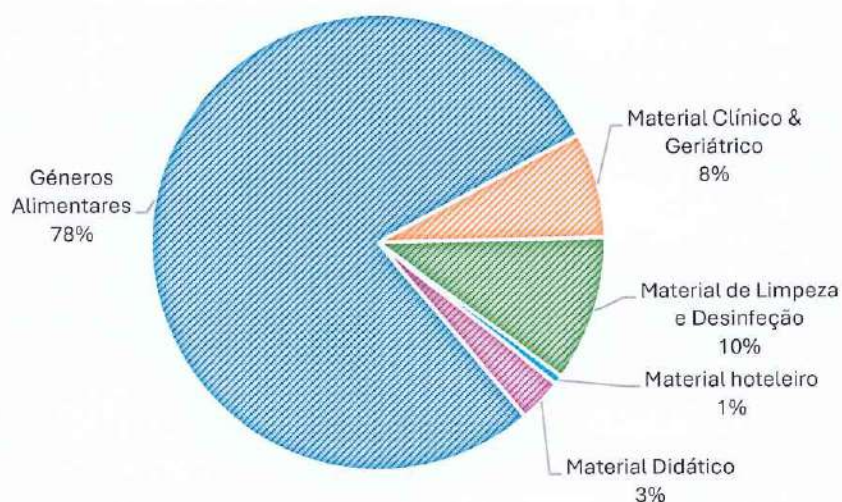
Entre as várias componentes desta rubrica, os géneros alimentares continuam a representar a parcela mais significativa dos custos, o que é expectável tendo em conta o número de refeições diariamente asseguradas nas diferentes respostas sociais, nomeadamente nas estruturas residenciais, centros de dia, apoio domiciliário e respostas dirigidas à infância. A evolução observada nos últimos exercícios evidencia um comportamento relativamente estável desta despesa, refletindo o esforço de gestão e controlo de custos nesta área, apesar das oscilações verificadas nos preços dos bens alimentares.

Géneros Alimentares			
Ex.2022	Ex.2023	Ex.2024	Ex.2025
590 363,74 €	570 600,30 €	568 119,38 €	572 733,21 €
Material Clínico & Geriátrico			
Ex.2022	Ex.2023	Ex.2024	Ex.2025
47 624,08 €	45 237,22 €	57 195,15 €	55 172,75 €
Material de Limpeza e Desinfeção			
Ex.2022	Ex.2023	Ex.2024	Ex.2025
119 428,67 €	130 958,65 €	114 124,78 €	75 944,27 €
Material hoteleiro			
Ex.2022	Ex.2023	Ex.2024	Ex.2025
4 256,15 €	1 076,92 €	7 362,88 €	4 779,25 €
Material Didático			
Ex.2022	Ex.2023	Ex.2024	Ex.2025
25 708,52 €	29 935,32 €	24 314,42 €	23 047,29 €

7 M.
de
Lopes
Gil

O material clínico e geriátrico apresenta igualmente um peso relevante, estando associado às necessidades de acompanhamento e cuidados prestados aos utentes, particularmente nas respostas dirigidas à população idosa. Esta rubrica reflete a aquisição de diversos consumíveis necessários à prestação de cuidados de saúde e de apoio quotidiano.

Por sua vez, os gastos com material de limpeza e desinfeção registam uma evolução distinta, evidenciando uma redução nos exercícios mais recentes. Esta variação poderá estar relacionada com ajustamentos nos níveis de consumo ou com a normalização progressiva de necessidades que, em anos anteriores, se encontravam mais elevadas.



As restantes rubricas, como o material hoteleiro e o material didático, apresentam uma expressão mais reduzida no conjunto das matérias consumidas. O material hoteleiro está associado ao funcionamento das respostas residenciais e ao apoio logístico aos utentes, enquanto o material didático se destina sobretudo às atividades desenvolvidas nas respostas dirigidas à infância.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de fornecimentos e serviços externos integra um conjunto diversificado de despesas necessárias ao funcionamento regular das diferentes respostas sociais da Santa Casa da Misericórdia da Maia. Estes gastos correspondem essencialmente à aquisição de serviços prestados por entidades externas e a encargos associados ao funcionamento das instalações, infraestruturas e equipamentos utilizados na atividade da Instituição.

Fornecimentos e Serviços Externos	Ex.2022	Ex.2023	Ex.2024	Ex.2025
Subcontratos/Expl. Refeitórios	249 434,10 €	596 338,58 €	712 006,84 €	770 641,29 €
Subcontratos/Serv. Apoio Lar	53 574,67 €	75 068,08 €	69 944,35 €	36 923,00 €
Trabalhos Especializados	36 188,58 €	46 183,40 €	52 066,68 €	52 341,15 €
Vigilância e Segurança	11 510,21 €	16 246,55 €	13 667,43 €	15 332,95 €
Honorários	46 861,17 €	30 529,24 €	34 585,30 €	36 803,75 €
Conservação e Reparação	219 820,41 €	221 016,51 €	273 587,76 €	240 905,24 €
Encargos c/ Utentes	287 678,53 €	284 531,39 €	276 540,72 €	309 322,13 €
Eletricidade	214 598,23 €	149 001,37 €	169 261,97 €	179 546,27 €
Combustíveis	60 452,98 €	53 025,60 €	48 123,90 €	47 459,10 €
Água	42 028,50 €	43 205,73 €	51 150,47 €	46 774,40 €
Gás	151 332,21 €	141 089,23 €	155 768,64 €	156 294,06 €
Rendas e Alugueres	73 633,63 €	86 647,96 €	69 386,77 €	60 099,50 €
Alugueres - Painéis Solares	0,00 €	0,00 €	20 731,67 €	22 444,02 €
Comunicação	37 975,59 €	36 272,20 €	39 507,72 €	28 215,65 €
Seguros	41 246,18 €	40 231,11 €	40 624,13 €	45 042,95 €
Limpeza, Higiene e Conforto	30 138,27 €	30 708,10 €	33 067,89 €	26 517,26 €
Material de Escritório	38 857,39 €	24 500,15 €	21 228,83 €	19 148,53 €
Ferramentas e utensílios	42 451,70 €	45 695,68 €	13 137,62 €	17 163,99 €
Materiais ativ. pedagógicas	49 203,49 €	5 688,84 €	25 015,94 €	8 337,26 €
Outros	45 417,04 €	16 003,31 €	48 372,83 €	31 227,38 €
TOTAL	1 732 402,88 €	1 941 983,03 €	2 167 777,46 €	2 150 539,88 €

Entre as várias componentes desta rubrica, destacam-se os custos associados à exploração dos refeitórios, que representam uma das parcelas mais significativas desta categoria. Estes encargos refletem a externalização de parte dos serviços de confeção e apoio alimentar, necessários para assegurar o fornecimento diário de refeições nas diversas respostas sociais da Instituição.

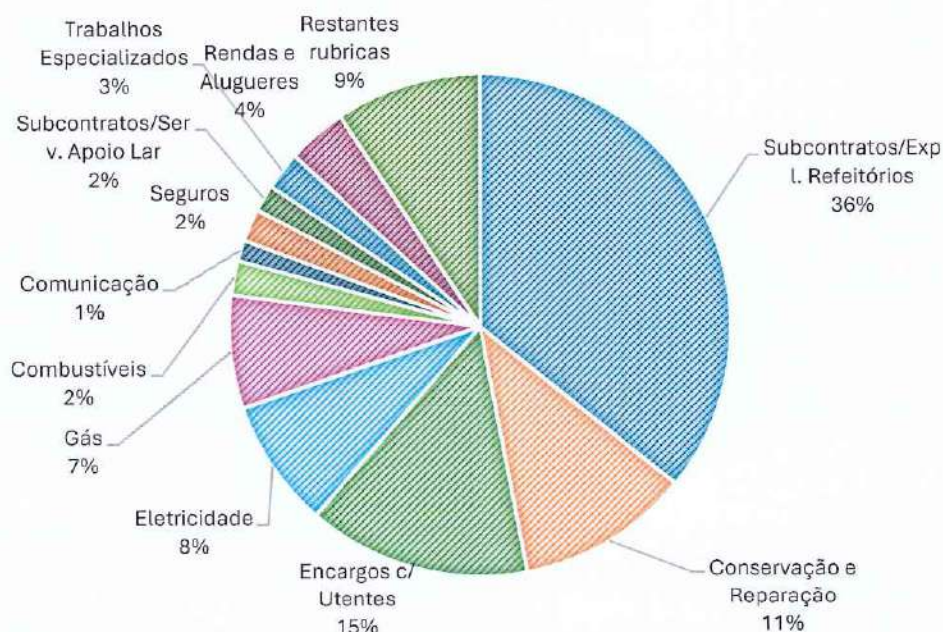
Fau
Kofes
E
A
Lif



Assumem também relevância os gastos relacionados com encargos diretamente associados aos utentes, bem como os custos de conservação e reparação das instalações e equipamentos. Estas despesas são indispensáveis para garantir a manutenção adequada das infraestruturas e assegurar condições de funcionamento seguras e adequadas às necessidades dos utentes e trabalhadores.

Os custos energéticos, nomeadamente eletricidade, gás, água e combustíveis, constituem igualmente uma componente relevante desta rubrica, refletindo os consumos associados ao funcionamento permanente das diferentes valências da Instituição. Estes encargos estão naturalmente associados à dimensão das instalações e ao funcionamento contínuo de serviços que operam diariamente.

Outras despesas incluídas nesta rubrica dizem respeito a serviços especializados, honorários, seguros, comunicações, alugueres e diversos serviços de apoio logístico ou técnico necessários à atividade. Em alguns casos, estes encargos apresentam oscilações entre exercícios, refletindo necessidades pontuais de manutenção, aquisição de serviços específicos ou ajustamentos no funcionamento das respostas sociais.





DEPRECIAÇÕES

As depreciações e amortizações correspondem ao reconhecimento contabilístico do desgaste e da utilização dos ativos da Santa Casa da Misericórdia da Maia ao longo do tempo. Esta rubrica não representa um pagamento efetuado no exercício, mas sim a imputação anual do custo dos investimentos realizados em edifícios, equipamentos, viaturas e outros ativos utilizados na atividade da Instituição.

Nos últimos exercícios, o valor das depreciações tem evidenciado uma evolução gradual, refletindo a dinâmica do investimento realizado pela Instituição na melhoria e renovação das suas infraestruturas e equipamentos. Este comportamento resulta do aumento e da valorização dos ativos fixos tangíveis, decorrente da realização de diversos investimentos destinados a reforçar a capacidade de resposta e a qualidade dos serviços prestados.

Entre os investimentos realizados nos últimos anos destacam-se, nomeadamente, a aquisição de viaturas, a modernização de equipamentos e a criação ou requalificação de espaços destinados às diferentes respostas sociais. Estes investimentos traduzem-se naturalmente num aumento do valor dos ativos registados no balanço da Instituição e, consequentemente, num maior montante anual de depreciações reconhecido nos resultados.

Assim, a evolução desta rubrica encontra-se diretamente associada à política de investimento da Instituição, refletindo o esforço contínuo de renovação e melhoria dos recursos materiais necessários à prossecução da missão social da Santa Casa da Misericórdia da Maia.

7.1
ac
lopes
Lef



OUTROS GASTOS E PERDAS

Apesar da diversidade de respostas sociais e da dispersão das atividades por diferentes equipamentos e áreas de intervenção, a atuação da Santa Casa da Misericórdia da Maia continua a pautar-se por uma gestão alinhada com a sua missão institucional. Neste contexto, não se verificam gastos que se afastem do âmbito da sua atividade principal, mantendo-se a rubrica de outros gastos e perdas com um peso reduzido no conjunto das despesas. Tal como tem sucedido em exercícios anteriores, estes registos apresentam valores pouco expressivos, refletindo a natureza residual deste tipo de encargos na estrutura global de custos da Instituição.

BALANÇO

A análise do balanço da Santa Casa da Misericórdia da Maia permite avaliar a evolução da sua situação patrimonial e financeira no final do exercício de 2025. De forma global, observa-se um reforço da estrutura financeira da Instituição, refletindo o resultado positivo alcançado no exercício e a consolidação dos capitais próprios.

Os rácios financeiros evidenciam uma estrutura patrimonial sólida. O rácio de autonomia financeira apresenta uma ligeira melhoria face ao exercício anterior, indicando que a maior parte dos ativos da Instituição continua a ser financiada por capitais próprios. Este indicador demonstra uma elevada capacidade de autofinanciamento e uma reduzida dependência de recursos externos para sustentar a atividade.

RÁCIOS FINANCEIROS		
	Ano 2024	Ano 2025
Autonomia Financeira	0,84	0,85
Grau Dependência	0,16	0,15
Solvabilidade	5,14	5,53



Em linha com esta evolução, o grau de dependência apresenta uma ligeira redução, refletindo uma menor proporção de financiamento através de capitais alheios. Este comportamento reforça a ideia de que a Instituição mantém uma estrutura financeira equilibrada, assente sobretudo nos seus próprios recursos.

Por sua vez, o rácio de solvabilidade apresenta igualmente uma evolução favorável, evidenciando a capacidade da Santa Casa da Misericórdia da Maia para cumprir as suas responsabilidades financeiras e assegurar o pagamento das suas obrigações. Este indicador traduz a solidez da posição patrimonial da Instituição e a sua capacidade para enfrentar eventuais compromissos futuros.

De forma global, os indicadores financeiros analisados revelam uma situação patrimonial estável e equilibrada, demonstrando a solidez financeira da Santa Casa da Misericórdia da Maia e a sua capacidade para continuar a desenvolver a sua atividade com níveis adequados de sustentabilidade.

CONCLUSÃO & EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

A atividade da Santa Casa da Misericórdia da Maia continuará a desenvolver-se num contexto económico e social que permanece exigente para as instituições do setor social. A evolução dos custos de funcionamento, em particular dos encargos com pessoal, energia e aquisição de bens e serviços, continuará a representar um desafio relevante para a sustentabilidade financeira das organizações que prestam respostas sociais à comunidade.

Não obstante este enquadramento, a Instituição tem procurado adaptar-se às circunstâncias, mantendo uma gestão prudente dos seus recursos e procurando reforçar a eficiência na utilização dos meios disponíveis. O resultado positivo alcançado no exercício de 2025 constitui um sinal encorajador, ainda que deva ser analisado com prudência, atendendo ao peso de fatores de natureza extraordinária que contribuíram para este desempenho.

Para os exercícios seguintes, prevê-se a continuidade da atividade nas diversas respostas sociais atualmente em funcionamento, mantendo-se o compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Maia com a qualidade dos serviços prestados e com o apoio à comunidade.

A evolução futura dependerá, em grande medida, das condições de financiamento do setor social, da evolução dos custos operacionais e da capacidade de adaptação da Instituição aos desafios que se venham a colocar.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DA SEGURANÇA SOCIAL

A Santa Casa da Misericórdia da Maia não tem qualquer dívida à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício, positivo, no valor de 207.785,15 Euros será transferido para a conta de Resultados Transitados.



misericórdia
maia

Lu. ae
leif
Lopes



BALANÇO & DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

mu.
A
de
hogfes
lit



[página em branco]



Entidade: SANTA CASA DA MISERICORDIA DA MAIA

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		EX 2025	EX 2024
Vendas e serviços prestados	13.2/13.3	10 751 080,09	9 511 064,35
Subsídios, doações e legados à exploração	9	1 160 543,77	804 291,35
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-731 676,77	-771 116,61
Fornecimentos e serviços externos	12	-2 150 539,88	-2 167 777,46
Gastos com o pessoal	11.1	-8 704 400,95	-7 959 224,56
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	10	-40 000,00	0,00
Outras imparidade (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	23	272 577,28	316 636,60
Outros gastos	22	-13 918,39	-15 347,53
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		543 665,15	-281 473,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.2/5.3	-376 277,99	-361 839,94
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		167 387,16	-643 313,80
Juros e rendimentos similares obtidos	23	40 397,95	50 776,61
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos	24	207 785,11	-592 537,19
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período	24	207 785,11	-592 537,19

RESUMO:			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		543 665,15	-281 473,86
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		167 387,16	-643 313,80
Resultado antes de impostos		207 785,11	-592 537,19
Resultado líquido do período		207 785,11	-592 537,19

A Mesa Regedora:

Provedora Henrique Lopes Costa M. S. M. S. S.

Mesária Albina Vieira de Carvalho

Vice-Provedor Manuel Gomes

Mesário Manuel Gomes

Secretário Manuel Gomes

Mesário Manuel Gomes

Tesoureiro Manuel Gomes

Contabilista Certificado Manuel Gomes

mi.
ar
lopes
co
st
lt



[página em branco]



Entidade: SANTA CASA DA MISERICORDIA DA MAIA

NIF 501217851

UNIDADE MONETÁRIA (1)

BALANÇO (modelo geral)

EUR Fator:

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1

RUBRICAS	NOTAS	DATAS			
		31 DEZ	EX 2025	31 DEZ	EX 2024
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	5.2/6/7		10 111 511,48		9 637 947,56
Bens do património histórico e cultural			0,00		0,00
Ativos intangíveis			0,00		0,00
Investimentos financeiros	3.1		2 887,54		53 641,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00		0,00
Outros créditos e ativos não correntes			0,00		0,00
			10 114 399,02		9 691 588,75
Ativo corrente					
Inventários	8		18 597,23		19 139,52
Utentes	14		7 921,42		13 999,39
Estado e outros entes públicos			0,00		0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			2 580,00		0,00
Outros ativos correntes	21.1		550 979,15		705 963,48
Diferimentos	16		26 275,91		12 674,57
Caixa e depósitos bancários	4.1/4.2		2 459 823,50		2 154 989,33
			3 066 177,21		2 906 766,29
Total do ativo			13 180 576,23		12 598 355,04
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Fundos Patrimoniais					
Fundos	17		3 289 089,85		3 289 089,85
Reservas			0,00		0,00
Resultados transitados	18		4 171 573,09		4 794 921,74
Excedentes de revalorização			0,00		0,00
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	19		3 493 792,97		3 055 779,09
Resultado líquido do período	24		207 785,11		-592 537,19
			0,00		0,00
Total do capital próprio			11 162 241,02		10 547 253,49
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões	10		40 000,00		0,00
Financiamentos obtidos			0,00		0,00
Outras dívidas a pagar			0,00		0,00
			40 000,00		0,00
Passivo corrente					
Fornecedores	20		176 112,62		203 870,48
Estado e outros entes públicos	15		365 903,45		355 512,88
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00		0,00
Financiamentos obtidos			0,00		0,00
Diferimentos	16		99 372,16		211 150,11
Outros passivos correntes	21.2		1 336 946,98		1 280 568,08
			1 978 335,21		2 051 101,55
Total do passivo			2 018 335,21		2 051 101,55
Total do capital próprio e do passivo			13 180 576,23		12 598 355,04

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Mesa Regedora:

Provedora Manoel de Jesus de Oliveira

Mesária Albina Vieira de Carvalho

Vice-Provedor Manoel de Jesus de Oliveira

Mesário Manoel de Jesus de Oliveira

Secretário Manoel de Jesus de Oliveira

Mesário Manoel de Jesus de Oliveira

Tesoureiro Manoel de Jesus de Oliveira

Contabilista Certificado Manoel de Jesus de Oliveira



misericórdia
maia

M. L. P. ae
L. P. P.
L. P. P.

[página em branco]





ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(montantes expressos em Euros)

ÍNDICE

1. Identificação da Entidade	70
Exercício de 2025 Introdução	70
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	70
2.1 Enquadramento	70
2.2 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL — divulgação transitória	70
3. Principais Políticas Contabilísticas	71
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras	71
3.2 Outras Políticas Contabilísticas relevantes	74
4. Fluxos de caixa	74
4.1 Comentário sobre os saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso	74
4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários	74
5. Ativos Fixos Tangíveis	75
5.1 Divulgações Gerais	75
5.2 Valorização das várias classes 2025	75
5.3 Ativos Fixos Tangíveis - Depreciação reconhecida nos resultados	76
5.4 Ativos Fixos Tangíveis - Depreciação acumulada no final do período	76
6. Propriedades de Investimento:	76
7. Investimentos em Curso	76
8. Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	76
9. Subsídios do Governo e Apoios do Governo	77
10. Provisões	77
11. Gastos com Pessoal	78
11.1 Valores gastos	78
11.2 Pessoal ao Serviço da Instituição	78
11.3 Número Médio de Utentes	82
12. Fornecimentos e Serviços Externos	83
13. Rédito	84
13.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito	84
13.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período	84
13.3 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período	85
14. Utentes	85



misericórdia
maia

15. Estado e Outros Entes Públicos	86
16. Diferimentos.....	86
17. Fundos Patrimoniais.....	87
17.1 Fundo Social	87
18. Resultados Transitados.....	87
19. Outras Variações no Capital Próprio	87
19.1 Subsídios	87
20. Fornecedores	87
21. Outras Contas a Pagar e a Receber	88
21.1 Outros Devedores.....	88
21.2 Outros Credores	88
22. Juros e Gastos financeiros suportados/ Outros Gastos e Perdas	89
23. Juros e Ganhos financeiros obtidos / Outros Rendimentos e Ganhos.....	89
24. Resultado líquido do período	90
25. Outras divulgações exigidas por diploma legal	90
Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos.....	90
26. Principais acontecimentos ocorridos após o termo do Exercício	90
27. Aprovação das Demonstrações Financeiras.....	90

M.
ac
lo/es
vif



1. Identificação da Entidade

Exercício de 2025 | Introdução

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Maia, também designada Santa Casa da Misericórdia da Maia, ou simplesmente Misericórdia da Maia, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica em 1954, com sede na Avenida Visconde Barreiros, na Freguesia da Cidade da Maia, Concelho da Maia, e que tem como objetivo satisfazer carências sociais e a prática de atos de culto católico.

A atividade da Instituição desenvolve-se nas seguintes áreas estratégicas:

- Assuntos sociais e de apoio social;
- Ensino e formação profissional;
- Cultura e culto;
- Bem-estar e ambiente;
- Gestão do património.

As receitas mais significativas são obtidas das áreas de apoio social bem como as resultantes de donativos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Enquadramento

As demonstrações financeiras do exercício findo a 31 de dezembro de 2025 foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do SNC-ESNL.

2.2 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL — divulgação transitória

Durante o exercício de 2012 a Santa Casa da Misericórdia da Maia passou a utilizar o SNC-ESNL tendo reexpresso as demonstrações financeiras para o exercício findo a 31 de dezembro de 2011 para este normativo para efeitos de comparabilidade.

Na sequência da transição, os subsídios ao investimento, reconhecidos como proveitos diferidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, anteriormente em vigor, passaram a ser reconhecidos numa rubrica de Capital Próprio.



3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

a) Ativos Fixos Tangíveis:

Os bens dos ativos fixos, recebidos por herança, doação ou adquiridos até 1 de janeiro de 1990, encontram-se registados pelo valor de uma avaliação interna, cujo impacto nos capitais próprios foi de, aproximadamente, 2.566.814 euros. Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data estão contabilizados pelo respetivo custo histórico.

As depreciações do ativo fixo, adquirido, doado ou herdado a partir de 1 de janeiro de 1990 e até 31 de dezembro de 2011, foram calculadas pelo método das quotas constantes, definido no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de janeiro.

Os elementos patrimoniais são sujeitos a depreciação correspondente à quota anual no exercício em que entram em funcionamento, independentemente do mês em que ocorre a sua aquisição.

Os ativos adquiridos após 1 de janeiro de 2012 são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, tal como definido, no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro.

b) Investimentos Financeiros:

As participações de capital, quotas sociais, ações e outras aplicações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas das perdas de imparidade para que o valor contabilístico, ou seja, o valor nominal se aproxime do valor de mercado.

c) Propriedades de Investimento:

A Misericórdia da Maia, derogou a NCRF-ESNL aplicando supletivamente o Sistema de Normalização Contabilístico relativamente à norma das propriedades de investimento, por ser entendimento de que desta forma as demonstrações financeiras apresentam de melhor forma a imagem da entidade e das suas operações.

Foi aplicado o modelo do custo na mensuração inicial, e, nas mensurações subsequentes o mesmo modelo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas, definidas no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de janeiro para propriedades de investimento adquiridas

4 de
topes
Cef

entre 1 de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 2011, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

Para as aquisições posteriores as taxas de depreciação utilizadas são as constantes, no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro.

O justo valor das propriedades de investimento não é aqui divulgado por não se ter ainda promovido a avaliação dos imóveis da Misericórdia da Maia.

d) Subsídios do Governo:

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Santa Casa da Misericórdia da Maia irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

e) Especialização dos exercícios:

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados

de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

f) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Santa Casa da Misericórdia da Maia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

g) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Santa Casa da Misericórdia da Maia e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

M.
ac.
lopes
G
V
vit



3.2 Outras Políticas Contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas a destacar.

4. Fluxos de caixa

4.1 Comentário sobre os saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor de 726.823,50 euros do saldo de caixa e seus equivalentes, à data de 31/12/2025, encontra-se totalmente disponível para uso, está integralmente constituído sob a forma de caixa e depósito bancário à ordem.

O valor de 1.733.000,00 euros não se encontra totalmente disponível para uso dado que se encontra sob a forma de depósitos a prazo.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de disponibilidades decompunha-se como se segue:

	Ex. 2024	Ex. 2025
Caixa	1 154,17 €	2 661,84 €
Depósitos à ordem	583 833,76 €	724 161,66 €
Outros depósitos bancár	1 570 001,40 €	1 733 000,00 €
Total	2 154 989,33 €	2 459 823,50 €



5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Divulgações Gerais

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 1990 baseou-se numa avaliação interna, cujo impacto nos capitais próprios foi de, aproximadamente, 2.566.814 euros. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo de aquisição.

As depreciações do ativo fixo, adquirido, doado ou herdado a partir de 1 de janeiro de 1990 e até 31 de dezembro de 2011, foram calculadas pelo método das quotas constantes, definidos no Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de janeiro. As depreciações dos ativos fixos adquiridos posteriormente a 31 de dezembro de 2011 foram calculadas pelo método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro

Os elementos patrimoniais são sujeitos a depreciação correspondente à quota anual no exercício em que entram em funcionamento, independentemente do mês em que ocorre a sua aquisição.

5.2 Valorização das várias classes 2025

Classe de ativos \ Valores apurados	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. Básico	Equip. de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Início do período							
Valor bruto escriturado	711 240,08 €	15 117 541,90 €	1 767 535,51 €	1 008 900,74 €	794 929,60 €	259 695,86 €	19 659 843,69 €
Deprec. Acumul. + Perdas p/ imp.	- €	7 581 173,71 €	1 663 922,21 €	982 854,64 €	756 203,60 €	239 831,34 €	11 223 985,50 €
Aquisições		34 274,33 €	27 863,89 €	113 484,55 €	2 238,60 €	2 693,70 €	180 555,07 €
Alienações/Abate				30 837,50 €			30 837,50 €
Período							
Depreciação do período		274 470,36 €	31 841,15 €	54 417,24 €	9 824,52 €	5 724,72 €	376 277,99 €
Outras alterações - Doação				14 275,00 €			14 275,00 €
Fim do período							
Valor bruto escriturado	711 240,08 €	15 151 816,23 €	1 795 399,40 €	1 105 822,79 €	797 168,20 €	262 389,56 €	19 823 836,26 €
Deprec. Acumul. + Perdas p/ imp.	- €	7 855 644,07 €	1 695 763,36 €	1 020 709,38 €	766 028,12 €	245 556,06 €	11 583 700,99 €
Total	711 240,08 €	7 296 172,16 €	99 636,04 €	85 113,41 €	31 140,08 €	16 833,50 €	8 240 135,27 €

Lu.
Jac
João
E
A
Lif



5.3 Ativos Fixos Tangíveis - Depreciação reconhecida nos resultados

Foi reconhecido nos resultados um valor de depreciações de 376.277,99€ (trezentos e setenta e seis mil, duzentos e setenta e sete euros e noventa e nove centavos), respeitantes a ativos fixos tangíveis.

5.4 Ativos Fixos Tangíveis - Depreciação acumulada no final do período

No final do período, as depreciações acumuladas de ativos fixos tangíveis ascenderam a 11.583.700,99€ (onze milhões, quinhentos e oitenta e três mil e setecentos euros e noventa e nove centavos).

6. Propriedades de Investimento:

Em 31 de dezembro de 2016 as propriedades de investimento foram reclassificadas e consideradas em ativos fixos tangíveis, de acordo com o normativo contabilístico.

7. Investimentos em Curso

Em 31 de dezembro de 2025 o valor dos investimentos em curso é de 1.871.376,21€ (um milhão, oitocentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e seis euros e vinte e um centavos), relativos a encargos com as obras no Lar Vieira de Carvalho, Palacete do Lage, Creche de Águas Santas II e Creche de V.N. da Telha.

8. Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Em 31 de dezembro de 2025 o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, decompunha-se como se segue:

	Ex. 2024	Ex. 2025
Existência Inicial	24 781,02 €	19 139,52 €
Compras	765 475,11 €	731 134,48 €
Inventário Final	19 139,52 €	18 597,23 €
Total	771 116,61 €	731 676,77 €

9. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Nesta rubrica estão incluídos os valores recebidos de todas as entidades que concedem subsídios/comparticipações à SCMM.

Existem, também, outros apoios, nomeadamente apoio à família, apoio da CMM e autarquia e subsídios atribuídos para fazer face a gastos já suportados pela SCMM, como são os relativos aos projetos, de que são exemplo o Maia Inclui e Bué d'Escolhas.

Estão agora considerados na rubrica "Donativos" os ganhos em inventários, relacionados com os géneros alimentares, produtos de higiene e outros, recebidos de várias entidades. Nesta operação a Santa Casa da Misericórdia da Maia opera não só como beneficiária, mas também como intermediária, uma vez que uma parte dos alimentos se destinam a ser distribuídos a famílias carenciadas do Concelho.

	Ex. 2024	Ex. 2025
Programa Emergência Alimentar	63 135,00 €	61 642,05 €
IEFP	81 515,01 €	102 408,34 €
Projecto Escolhas	80 537,55 €	66 310,53 €
CLDS	30,00 €	- €
POAPMC	25 398,34 €	81 038,11 €
Câmara Municipal da Maia	265 261,97 €	645 694,87 €
Junta de Freguesia	4 800,00 €	5 581,00 €
Ministério Admin Interna - CLS	69 937,87 €	- €
Fundação La Caixa - Incorpora	28 943,00 €	29 576,00 €
Donativos	184 732,61 €	168 292,87 €
Total	804 291,35 €	1 160 543,77 €

10. Provisões

No exercício de 2025 foi criada uma provisão, no valor de 40.000€, relativa a um processo judicial em curso.

11. Gastos com Pessoal

11.1 Valores gastos

O valor total desta rubrica totaliza 8.704.400,95€, repartido da seguinte forma:

	Ex. 2024	Ex. 2025
Remunerações Certas	6 196 446,22 €	6 748 376,51 €
Remunerações Adicionais	215 773,40 €	278 516,53 €
Indemnizações	26 813,22 €	50 758,61 €
Encargos s/remunerações	1 400 448,16 €	1 520 923,26 €
Seguro Ac Trabalho	105 131,09 €	92 508,60 €
Outros gastos	14 612,47 €	13 317,44 €
Total	7 959 224,56 €	8 704 400,95 €

11.2 Pessoal ao Serviço da Instituição

<u>Sede</u>	Nº de Funcionários
Categoria	2025
Assistentes Administrativos	6
Consultor Jurídico	1
Motorista	2
Ajudante Motorista	1
Técnico Superior	2

PROJECTO ESCOLHAS (RE) CRIAR

Nº de Funcionários

Categoria	2025
Coordenadora Técnica	1
Psicóloga	1
Técnica Superior	1

Infância e Juventude:

INFANTÁRIOS	Educadora de Infância	Ajud. Acção Educativa	Cozinheira	Ajudante de Cozinha	Roupeira	Serviços Gerais	Assist. Administrativo	Motorista	Monitor
Centro de Anim. Inf. Vermoim	7	10	0	1	-	3	1	1*	1
Infantário da Guarda	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Gondim	4	5	1	1	-	1	-	-	-
Infantário de Nogueira	6	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Catassol	5	9	1	1	1	2	-	-	-
Infantário de S. Pedro Fins	4	8	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Crestins	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Pedrouços	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Águas Santas	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de St Mª de Avioso	5	9	1	1	-	2	1	-	-
Infantário de Águas Santas II	4	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Milheirós	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Creche St. Luzia	4	8	1	1	-	2	-	-	-
Creche de Folgosa	2	5	-	-	-	1	-	-	-

* Tempo parcial

D. J. M. Lopes
 Cof



TERCEIRA IDADE	Educadora Social	Gerontólogo	Técnica Superior Serviço Social	Animador Cultural	Ajudante Lar / Centro Dia	Aj. Familiar	Roupeira	Cozinheira	Aj. Cozinha	Motorista	Serviços Gerais	Psicomotricista	Assist. Administrativo
Centro Social de Milheirós	1	-	1*	1	11	6	-	-	2	1	4	-	1
Centro de Dia de Pedrouços	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-
Centro Social da Guarda	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-
Lar Prof. José Vieira de Carvalho	-	1	1	1	26**	10	5	-	2	1	4	1	1
Centro Dia Silva Escura	1	-	-	-	1	-	-	1	-	1	1	-	-
Centro de Dia Sta M. Avioso	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de Dia de Barca	-	-	1	-	2	-	-	-	-	1	1	-	-
Centro de Dia de Gemunde	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-

* Tempo Parcial

**1 Ajudante de lar a tempo parcial

Equipa de Intervenção Comunitária:

Categoria	Nº de Funcionários
Técnica Superior Serviço Social	1
Sociólogo	2
Animador Cultural	2
Monitor	3
Assistente Administrativa	2
Cozinheira	1
Aj. Cozinha	2
Serviços Gerais	4
Aj. Familiar / Domicil.	4
Psicólogo	2*
Roupeira	1

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

Categoria	Nº de Funcionários
Téc. Superior Serviço Social	1
Educadora Social	2
Psicóloga	1
Aj. Ação Directa	1

POAPMC

Categoria	Nº de Funcionários
Educadora Social	1
Empregado de Armazém	2

PROGRAMA INCORPORA

Categoria	Nº de Funcionários
Técnica Superior	1

RE CRIAR

Categoria	Nº de Funcionários
Serviços Gerais	1

lu.
4 ac
loops
G
A
ref



11.3 Número Médio de Utentes

INFÂNCIA / JUVENTUDE

INFÂNCIA / JUVENTUDE	Nº Médio de Utentes-2024	Nº Médio de Utentes -2025
Centro Animação Infância de Vermoim	142	143
Infantário da Guarda	99	89
Infantário de Gondim	59	57
Infantário de Nogueira	98	105
Infantário de Catassol	103	101
Infantário de S. Pedro Fins	89	92
Infantário de Crestins	105	99
Infantário de Pedrouços	96	100
Infantário de Águas Santas I	98	102
Infantário de Sta M ^a de Avioso	98	92
Infantário de Águas Santas II	82	80
Infantário de Milheirós	103	100
Creche St ^a Luzia	68	67
Creche Folgosa (desde 14.12.2023)	40	42

TERCEIRA IDADE

TERCEIRA IDADE	Nº Médio de Utentes-2024	Nº Médio de Utentes -2025
Centro de Dia	156	184
Apoio Domiciliário	117	110
Lar	66	66

CENTROS COMUNITÁRIOS

CENTROS COMUNITÁRIOS	Nº Médio de Utentes-2024	Nº Médio de Utentes -2025
Vila Nova da Telha	125	125
Sobreiro	100	100

12. Fornecimentos e Serviços Externos

O valor total desta rubrica neste exercício de 2025 é de 2.150.539,88€ repartido da seguinte forma:

	Ex.2024	Ex.2025
Subcontratos/Expl. Refeitórios	712 006,84 €	770 641,29 €
Subcontratos/Serv. Apoio Lar	69 944,35 €	36 923,00 €
Trabalhos Especializados	52 066,68 €	52 341,15 €
Vigilância e Segurança	13 667,43 €	15 332,95 €
Honorários	34 585,30 €	36 803,75 €
Conservação e Reparação	273 587,76 €	240 905,24 €
Encargos c/ Utentes	276 540,72 €	309 322,13 €
Eletricidade	169 261,97 €	179 546,27 €
Combustíveis	48 123,90 €	47 459,10 €
Água	51 150,47 €	46 774,40 €
Gás	155 768,64 €	156 294,06 €
Rendas e Alugueres	69 386,77 €	82 543,52 €
Alugueres - Painéis Solares	20 731,67 €	22 444,02 €
Comunicação	39 507,72 €	28 215,65 €
Seguros	40 624,13 €	45 042,95 €
Limpeza, Higiene e Conforto	33 067,89 €	26 517,26 €
Material de Escritório	21 228,83 €	19 148,53 €
Ferramentas e utensílios	13 137,62 €	17 163,99 €
Materiais ativ. pedagógicas	25 015,94 €	8 337,26 €
Outros	48 372,83 €	8 783,36 €
TOTAL	2 167 777,46 €	2 150 539,88 €

M-
ar
lopes
A
Lef



13. Rédito

13.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O Rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

No exercício de 2023 houve uma alteração da política contabilística, no que se refere à contabilização do rédito, de acordo com a comunicação do dia 31 de outubro da CNC (Comissão de Normalização contabilística), circular 93/2023. Assim, o pagamento da comparticipação mensal por parte do estado para as respostas sociais dependentes da variação da frequência dos utentes, passou a ser contabilizado como uma prestação de serviços (conta 72) e não como um subsídio à exploração (conta 75), tendo sido feita a reexpressão das referidas rubricas para o ano de 2022, de forma a existir a comparabilidade entre as contas.

13.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

- Venda de bens: 0,00 euros
- Prestação de serviços: 10.751.080,09 euros
- Juros: 40.397,95€ euros

13.3 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

No quadro seguinte detalha-se a prestação de serviços durante 2025. Estão, também, aqui consideradas as comparticipações do Centro Regional de Segurança Social do Porto, que estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela Instituição e são definidas de acordo com o número de utentes dos serviços comparticipados por esta entidade.

	Ex. 2024	Ex. 2025
Creches	3 457 126,80 €	3 875 362,55 €
Jardim infância	2 982 094,92 €	3 374 806,51 €
ATL	35 778,88 €	42 564,91 €
Lares	1 253 970,99 €	1 410 525,03 €
Centros Dia	768 205,57 €	985 537,64 €
Apoio domiciliário	702 090,32 €	735 896,39 €
Centro comunitário	95 901,02 €	100 600,20 €
Família e comunidade	203 067,85 €	213 018,36 €
Quotizações	9 570,00 €	9 075,00 €
Serviços Sociais	- €	- €
Outros	3 258,00 €	3 693,50 €
Total	9 511 064,35 €	10 751 080,09 €

14. Utes

A rubrica de utentes constante do Ativo, com um saldo devedor de 7.921,42€ (sete mil, novecentos e vinte e um euros e quarenta e dois cêntimos) diz respeito a valores de mensalidades não pagas pelos utentes nas várias valências até 31 de dezembro de 2025.

Lu.
D. de
Legis
A
Cef



15. Estado e Outros Entes Públicos

A 31/12/2025 os saldos credores referentes à rubrica «Estado e Outros Entes Públicos» constantes do Passivo dizem respeito a:

	Ex. 2024	Ex. 2025
IRS Dependentes	56 605,00 €	56 805,00 €
IRS Independente	61,56 €	525,00 €
Contribuição da Segurança Social	298 846,32 €	308 573,45 €
Total	355 512,88 €	365 903,45 €

16. Diferimentos

A rubrica de diferimentos apresenta a 31/12/2025 um saldo devedor no valor de 26.275,91€ (vinte e seis mil, duzentos e setenta e cinco euros e noventa e um centimos), constante do Ativo, que corresponde ao diferimento de gastos relativos a seguros e outros gastos que serão reconhecidos no exercício seguinte.

O valor registado a crédito, 99.372,16€ (noventa e nove mil, trezentos e setenta e dois euros e dezasseis centimos), corresponde a:

	Ex. 2024	Ex. 2025
Subsídios à exploração	129 462,45 €	64 628,04 €
Outros Rendimentos	81 687,66 €	34 744,12 €
Total	211 150,11 €	99 372,16 €

O valor de 34.744,12€, em outros rendimentos, diz respeito a pagamentos efetuados pelos utentes e irmãos em 2025, mas referentes ao exercício de 2026, ou seja, serão reconhecidos como rendimentos do próximo exercício.

7
C
Lec/20
ae
X
J

17. Fundos Patrimoniais

17.1 Fundo Social

O valor do Fundo Social, no valor de 3.289.089,85€ (três milhões duzentos e oitenta e nove mil e oitenta e nove euros e oitenta e cinco cêntimos), foi apurado em 1990, aquando da adoção, pela Instituição, do Plano previsto no Decreto-Lei nº 78/89 de 3 de março, que aprovou o Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social”.

Assim, a Situação Patrimonial da Instituição (Fundo Social) foi apurada como resultado da avaliação dos ativos da Instituição de acordo com os princípios contabilísticos referidos acima e do registo dos seus passivos.

18. Resultados Transitados

O valor inscrito na rubrica de «Resultados Transitados» de 4.171.573,09€ (quatro milhões, cento e setenta e um mil, quinhentos e setenta e três euros e nove cêntimos), respeita aos resultados dos exercícios anteriores.

19. Outras Variações no Capital Próprio

19.1 Subsídios

Os subsídios atribuídos a fundo perdido à Instituição, para financiamento de Ativos Fixos Tangíveis, são registados na rubrica de outras variações de capital próprio, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis.

20. Fornecedores

O montante inscrito na rubrica do Passivo «Fornecedores» diz respeito a faturas emitidas em dezembro não havendo qualquer valor que não seja de curto prazo.

21. Outras Contas a Pagar e a Receber

21.1 Outros Devedores

O montante inscrito na rubrica do ativo, no valor final de 550.979,15 € (quinhentos e cinquenta mil, novecentos e setenta e nove euros e quinze cêntimos), diz respeito a:

	Devedores por Acréscimos de Rendimentos	Outros Devedores	Total
Saldo Abertura	189 899,40 €	516 064,08 €	705 963,48 €
Variação	44 155,86 € -	199 140,19 € -	154 984,33 €
Saldo Final	234 055,26 €	316 923,89 €	550 979,15 €

O valor inscrito na rubrica “Outros Devedores” refere-se, essencialmente, a montantes a receber do projeto Escolhas, Pares e PRR (Plano Recuperação e Resiliência).

21.2 Outros Credores

O montante inscrito na rubrica do passivo, no valor final de 1.336.946,98€ (um milhão, trezentos e trinta e seis mil, novecentos e quarenta e seis euros e noventa e oito cêntimos), diz respeito a:

	Fornecedores de Investimentos	Acréscimo de Gastos	Outros Credores	Total
Saldo Abertura		1 204 837,32 €	75 730,76 €	1 280 568,08 €
Variação		28 435,06 €	27 943,84 €	56 378,90 €
Saldo Final	- €	1 233 272,38 €	103 674,60 €	1 336 946,98 €

Na rubrica - Acréscimos de gastos, 1.233.272,38€ estão incluídos os valores relativos à estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos, e, também, eletricidade, comunicação; salienta-se o peso dos encargos com o pessoal resultante da necessidade de constituir uma estimativa para pagamento de férias e subsídio de férias no ano de 2026. O valor estimado teve em conta o mapa de vencimentos do ano de 2026.

22. Juros e Gastos financeiros suportados/ Outros Gastos e Perdas

	Ex. 2024	Ex. 2025
Juros suportados	- €	4 569,82 €
Impostos	661,92 €	778,42 €
Dívidas incobráveis	- €	5 721,81 €
Outros Gastos	14 685,61 €	2 848,34 €
Total	15 347,53 €	13 918,39 €

Na rubrica “Dívidas incobráveis” constam valores não pagos pelos utentes, até 30 de abril de 2021.

23. Juros e Ganhos financeiros obtidos / Outros Rendimentos e Ganhos

	Ex. 2024	Ex. 2025
Juros Obtidos Depósitos	50 776,61 €	40 397,95 €
Rendimentos Suplementares	148 867,09 €	142 462,55 €
Desconto p.p. obtidos	100,64 €	104,04 €
Outros Rendimentos e ganhos	167 668,87 €	130 010,69 €
Total	367 413,21 €	312 975,23 €

Os rendimentos suplementares, acima refletidos, referem-se entre outros, a rendas de imóveis, vendas e cedências diversas.

Os outros rendimentos e ganhos são maioritariamente constituídos pela imputação de subsídios ao investimento e reembolso do IVA.

Lu.
D. au
leofes
E
A
Lif



24. Resultado líquido do período

O resultado líquido do período do ano de 2025, positivo no valor de 207.785,11€ (duzentos e sete mil, setecentos e oitenta e cinco euros e onze cêntimos), será transferido, no exercício económico seguinte, para a conta de resultados transitados.

25. Outras divulgações exigidas por diploma legal

Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos

A Santa Casa da Misericórdia da Maia não tem qualquer dívida ao Estado e Outros entes Públicos, incluindo a segurança social.

26. Principais acontecimentos ocorridos após o termo do Exercício

À data da redação do presente relatório, **mantêm-se** as tensões internacionais decorrentes dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente. Superado o período de incerteza política nacional anterior, a conjuntura atual é ainda marcada por uma forte pressão inflacionista nos bens essenciais. Dada a persistência destes fatores, não é possível mensurar com rigor o impacto total na atividade da Instituição. Contudo, é certo que se antecipa um desafio acrescido na gestão orçamental e de tesouraria para o ano de **2026**, obrigando a um rigor redobrado para garantir a sustentabilidade das nossas respostas sociais

27. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Mesa Regedora e autorizadas para emissão em 09 de março de 2025. A aprovação final fica ainda sujeita à concordância da assembleia-geral.



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

lu.
8 de
ago
2025
[assinatura]
[assinatura]



[página em branco]



Demonstração Fluxos de Caixa
Entidade: Santa Casa Misericórdia da Maia
Exercício 2025

NIF 501217851
(em euros)

Rubricas	2025	2024
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes e utentes +	2 989 836,23 €	2 775 745,17 €
Pagamentos de subsídios		
Pagamentos de apoios		
Pagamentos de bolsas		
Pagamentos a fornecedores -	(2 749 817,49 €)	(2 556 255,32 €)
Pagamentos ao pessoal -	(5 949 503,48 €)	(5 345 572,81 €)
Fluxo gerado pelas operações	(5 709 484,74 €)	(5 126 082,96 €)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional -	6 266 322,06 €	5 296 853,92 €
Fluxos das actividades operacionais (1)	556 837,32 €	170 770,96 €
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros		(500,00 €)
Activos Fixos Tangíveis	(728 599,18 €)	(706 414,95 €)
Activos Intangíveis		
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos Financeiros		1 064,44 €
Activos Fixos Tangíveis	6 250,00 €	14 670,00 €
Activos Intangíveis		
Outros activos		
Subsídios para investimentos	438 140,74 €	364 693,71 €
Juros e rendimentos similares	36 775,11 €	50 776,61 €
Dividendos		
Fluxos das actividades de investimento (2)	(247 433,33 €)	(275 710,19 €)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	(4 569,82 €)	
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(4 569,82 €)	0,00 €
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	304 834,17 €	(104 939,23 €)
Efeito das diferenças de câmbio	0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 154 989,33 €	2 259 928,56 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 459 823,50 €	2 154 989,33 €

A Mesa Regedora:

Provedora Maria Luísa Costa Gomes

Mesária Albino Vieira de Carvalho

Vice-Provedor Paulo Gomes

Mesário Margarida Gonçalves

Secretário João Paulo Dias de Oliveira

Mesário João Paulo Dias

Tesoureiro Paulo Gomes

Contabilista Certificado Netilte Paulo

9

[página em branco]





DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

M.
an
Phel
G
L



[página em branco]



Entidade: SANTA CASA DA MISERICORDIA DA MAIA

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1 (2024)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transacionados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	3 289 089,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 604 925,02	0,00	1 571 607,49	-810 003,28	9 655 619,08	9 655 619,08
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									0,00			0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações									0,00			0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00			0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				0,00		0,00	0,00	-810 003,28		1 484 171,60	810 003,28	1 484 171,60	1 484 171,60
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-810 003,28	0,00	1 484 171,60	810 003,28	1 484 171,60	1 484 171,60
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3										-592 537,19	-592 537,19	-592 537,19
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											217 468,09	891 634,41	891 634,41
Fundos		0,00										0,00	0,00
Subsídios, Doações, Legados					0,00							0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas								0,00				0,00	0,00
Outras operações			0,00									0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5	3 289 089,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 794 921,74	0,00	3 055 779,09	-592 537,19	10 547 253,49	10 547 253,49

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transacionados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	6	3 289 089,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 794 921,74	0,00	3 055 779,09	-592 537,19	10 547 253,49	10 547 253,49
ALTERAÇÕES NO PERÍODO N													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									0,00			0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações									0,00			0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00			0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				0,00		0,00	0,00	-623 348,65		438 013,88	592 537,19	407 202,42	407 202,42
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-623 348,65	0,00	438 013,88	592 537,19	407 202,42	407 202,42
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										207 785,11	207 785,11	207 785,11
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											800 322,30	614 987,53	614 987,53
Fundos		0,00										0,00	0,00
Subsídios, Doações, Legados					0,00							0,00	0,00
Distribuições								0,00			0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas								0,00				0,00	0,00
Outras operações			0,00									0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6+7+8+10	3 289 089,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 171 573,09	0,00	3 493 792,97	207 785,11	11 162 241,02	11 162 241,02

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Provedora *Maribel Correia da Silva*

Vice-Provedora *Albina Vieira de Carvalho*

Secretário *Manuel Loureiro*

Tesoureiro *Manuel Loureiro*

Mesário *Albina Vieira de Carvalho*

Mesário *Manuel Loureiro*

Mesário *Manuel Loureiro*

Mesário *Manuel Loureiro*